SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Controladas

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e clientes:
A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individual e consolidada com o Relatório dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

Sobre o Grupo SG Brasil
O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. Na Europa é a uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual consolida as seguintes controladas: SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, SGAM Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A. O patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2011 atingiu o valor de R$ 785 milhões e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 12,2% (Acordo da Basiléia II). A carteira de crédito do Consolidado atingiu R$ 3.492 milhões (R$ 3.002 milhões no final de 2010), com um índice de créditos classificados de AA-B em relação à carteira total de créditos de 91,8% (91,7% no final de 2010). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 4,6% do total da carteira ao final de junho de 2011 (5,1% ao final de 2010).

Responsabilidade Social
O Instituto de Responsabilidade Social Société Générale tem como missão valorizar e transformar vidas humanas através da promoção gratuíta da educação, capacitação profissional e de atividades que envolvam esporte, saúde, arte, cultura e preservação do meio ambiente. Com metodologia própria, também emprega expertise de gestão do Grupo Société Générale para ampliar a eficiência de seus investimentos sociais. Por essa razão, as parcerias estabelecidas são avaliadas como um investimento, respeitando processos de controle de riscos, comitê de crédito e controle de fluxo de caixa. Esse ano, o Instituto segue o pilar da inclusão por meio da educação, investindo fortemente em projetos com foco principal na empregabilidade dos jovens assistidos pelas ONGs parceiras.

Agradecimentos
A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos colaboradores pelo empenho e dedicação, e a nossos acionistas e clientes, o indispensável apoio e confiança depositados.

São Paulo, 31 de Agosto de 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Nota explicativa	Banco 2011	Banco 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
CIRCULANTE		**7.660.584**	**6.332.823**	**8.326.830**	**7.293.311**
Disponibilidades	5	861	7.005	4.385	10.070
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.741.250	1.455.448	506.631	420.008
Aplicações no mercado aberto		421.299	407.597	421.299	407.597
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.245.634	1.040.140	10.703	4.340
Aplicações em moedas estrangeiras		74.317	7.711	74.629	8.071
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.292.974	969.496	1.787.676	1.709.209
Carteira própria		516.796	331.294	787.526	893.988
Vinculados a operações compromissadas		72.190	-	215.517	33.552
Vinculados à prestação de garantias		556.017	527.122	636.662	670.589
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	147.971	111.080	147.971	111.080
Relações interfinanceiras		90	161	6.736	8.410
Pagamentos e recebimentos a liquidar		18	6	1.527	1.405
Direitos junto a participantes de Sistemas de Liquidação		-	-	-	56
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		72	155	401	290
Correspondentes		-	-	4.808	6.659
Relações interdependências		-	-	-	15
Transferências internas de recursos		-	-	-	15
Operações de crédito		126.313	318.860	1.472.877	1.502.290
Operações de crédito - setor privado	9.a	126.610	319.678	1.577.596	1.632.926
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(297)	(818)	(104.719)	(130.636)
Operações de arrendamento mercantil	10	-	-	(158)	7
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	95.249	41.208
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		-	-	34.687	6.797
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		-	-	(94.350)	(41.193)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		-	-	(34.687)	(6.797)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	-	-	(1.057)	(8)
Outros créditos		4.499.079	3.581.838	4.519.359	3.615.903
Carteira de câmbio	12	4.482.404	3.559.477	4.482.404	3.559.477
Rendas a receber		81	678	97	678
Negociação e intermediação de valores	8	-	-	2.384	7.823
Diversos	13.a	16.670	22.106	35.176	50.447
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(76)	(423)	(702)	(2.522)
Outros valores e bens		17	15	29.324	27.399
Outros valores e bens		-	-	641	697
Despesas antecipadas	14	17	15	28.683	26.702
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**2.897.842**	**1.461.455**	**3.266.899**	**1.846.403**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.275.991	1.092.618	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.275.991	1.092.618	-	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	64.336	53.943	114.412	195.184
Carteira própria		-	-	45.448	124.147
Vinculados à prestação de garantias		-	-	4.628	17.094
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	64.336	53.943	64.336	53.943
Operações de crédito		37.295	163.607	1.450.389	1.205.516
Operações de crédito - setor privado	9.a	37.295	163.607	1.504.522	1.251.293
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	-	-	(54.133)	(45.777)
Operações de arrendamento mercantil	10	-	-	-	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	96.965	51.395
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		73.437	10.979		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		-	-	(96.965)	(51.395)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(73.437)	(10.979)		
Outros créditos		1.520.220	151.287	1.637.763	415.258
Carteira de câmbio	12	1.431.431	107.253	1.431.431	107.253
Diversos	13.a	88.789	44.034	206.332	308.678
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	-	-	-	(673)
Outros valores e bens		-	-	64.335	30.445
Outros valores e bens		-	-	157	185
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	-	(157)	(185)
Despesas antecipadas	14	-	-	64.335	30.445
PERMANENTE		**428.183**	**726.374**	**694.947**	**534.447**
Investimentos		221.037	487.955	63	74
Participações em controladas	16	221.000	487.918	-	-
Outros investimentos		37	37	122	133
Provisão para perdas		-	-	(59)	(59)
Imobilizado de uso		2.815	2.937	21.168	21.683
Imóveis de uso		-	-	207	207
Reavaliação de imóveis de uso		-	-	804	804
Outras imobilizações de uso		8.089	7.390	47.559	49.214
Depreciações acumuladas		(5.274)	(4.453)	(27.402)	(28.542)
Imobilizado de arrendamento		-	-	329.698	116.582
Bens arrendados		-	-	392.336	128.336
Superveniências de depreciações		-	-	8.165	7.059
Perdas de arrendamento a amortizar		-	-	5.094	1.705
Depreciações acumuladas		-	-	(74.199)	(20.452)
Amortização de perdas de arrendamento		-	-	(1.698)	(66)
Diferido		-	-	3.978	5.970
Gastos de organização e expansão		-	-	17.291	16.579
Amortização acumulada		-	-	(13.313)	(10.609)
Intangível	17	204.331	235.482	340.040	390.138
Ágio em controladas incorporadas		397.775	397.775	639.188	639.188
Outros ativos intangíveis		-	-	9.292	8.727
Provisão para ajuste ao valor recuperável		(119.861)	(119.861)	(119.861)	(119.861)
Amortização acumulada de ágio		(73.583)	(42.432)	(184.878)	(134.951)
Amortização acumulada de outros intangíveis		-	-	(3.701)	(2.965)
TOTAL DO ATIVO		**10.986.609**	**8.520.652**	**12.288.676**	**9.674.161**

PASSIVO

	Nota explicativa	Banco 2011	Banco 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
CIRCULANTE		**7.204.374**	**5.744.835**	**7.719.428**	**6.175.739**
Depósitos	18	1.102.338	1.412.318	1.115.946	1.372.894
Depósitos à vista		1.985	2.528	2.430	4.852
Depósitos interfinanceiros		115.363	730.504	107.797	620.401
Depósitos a prazo		984.989	679.285	1.005.718	747.640
Outros depósitos		1	1	1	1
Captações no mercado aberto		72.000	-	215.205	33.500
Carteira própria		72.000	-	215.205	33.500
Relações interfinanceiras		210	152	2.290	671
Recebimentos e pagamentos a liquidar		210	152	2.006	498
Correspondentes		-	-	284	15
Obrigações junto a partcipantes do sistema de liquidação		-	-	-	158
Relações interdependências		8.668	6.850	10.120	6.960
Recursos em trânsito de terceiros		8.668	6.850	10.120	6.960
Obrigações por empréstimos e repasses	19	1.279.451	620.503	1.475.905	946.226
Empréstimos no exterior		1.248.043	590.110	1.444.497	915.833
Repasses do exterior		31.408	30.393	31.408	30.393
Instrumentos financeiros derivativos		231.816	217.079	231.816	217.079
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	231.816	217.079	231.816	217.079
Outras obrigações		4.509.891	3.487.933	4.668.146	3.598.409
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.320	2.199	5.687	3.871
Carteira de câmbio	12	4.457.592	3.450.181	4.457.592	3.450.181
Fiscais e previdenciárias	13.b	6.314	17.163	21.823	36.749
Negociação e intermediação de valores	8	15.171	3.196	22.965	12.572
Diversas	13.c	28.494	15.194	160.079	95.036
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**2.996.761**	**1.685.684**	**3.711.619**	**2.357.219**
Depósitos	18	157.941	501.488	174.774	518.545
Depósitos a prazo		157.941	501.488	174.774	518.545
Obrigações por empréstimos e repasses	19	1.131.556	916.797	1.626.757	1.407.569
Empréstimos no exterior		1.131.556	880.783	1.626.757	1.371.555
Repasses do exterior		-	36.014	-	36.014
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	136.814	82.319	136.814	82.319
Instrumentos financeiros derivativos		136.814	82.319	136.814	82.319
Outras obrigações		1.570.450	185.080	1.773.274	348.786
Carteira de câmbio	12	1.481.229	108.178	1.481.229	108.178
Fiscais e previdenciárias	13.b	83.541	71.221	201.255	178.175
Diversas	13.c	5.680	5.681	90.790	62.433
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**20**	**296**	**297**	**71.836**	**50.759**
Resultado de exercícios futuros		296	297	71.836	50.759
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		**-**	**-**	**615**	**608**
Participação de acionistas minoritários		-	-	615	608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**21.a**	**785.178**	**1.089.836**	**785.178**	**1.089.836**
Capital social		1.404.908	1.404.908	1.404.908	1.404.908
Ajustes de avaliação patrimonial		6.117	2.525	6.117	2.525
Prejuízos acumulados		(625.847)	(317.597)	(625.847)	(317.597)
TOTAL DO PASSIVO		**10.986.609**	**8.520.652**	**12.288.676**	**9.674.161**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Banco 2011	Banco 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**24.095**	**209.888**	**274.490**	**626.147**
Operações de crédito		(2.875)	32.004	358.152	489.112
Operações de arrendamento mercantil		-	-	55.316	21.093
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		212.491	182.337	108.863	124.649
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(226.512)	(4.453)	(288.804)	(8.707)
Resultado de operações com câmbio		40.991	-	40.963	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(8.846)**	**(153.154)**	**(115.353)**	**(318.396)**
Operações de captações no mercado		(73.007)	(84.266)	(80.273)	(102.521)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(45.145)	(15.371)
Operações de empréstimos e repasses		64.214	(46.139)	94.568	(83.237)
Resultado de operações com câmbio		-	(22.592)	-	(22.611)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(53)	(157)	(84.503)	(94.656)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**15.249**	**56.734**	**159.137**	**307.751**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(316.086)**	**(58.558)**	**(290.399)**	**(293.727)**
Receitas de prestação de serviços		10.785	7.722	25.752	20.021
Rendas de tarifas bancárias		-	-	7.199	5.265
Resultado de participações em controladas e coligada	16	(265.242)	(11.697)	-	-
Despesas de pessoal		(18.701)	(16.061)	(91.787)	(84.730)
Outras despesas administrativas	24	(29.075)	(33.059)	(197.227)	(192.779)
Despesas tributárias		(1.864)	(1.569)	(22.592)	(25.888)
Outras receitas operacionais	25	4.665	11.130	43.813	44.331
Outras despesas operacionais	26	(16.654)	(15.024)	(55.557)	(59.947)
RESULTADO OPERACIONAL		**(300.837)**	**(1.824)**	**(131.262)**	**14.024**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**338**	**105**	**236**	**1.441**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO	**22**	**(300.499)**	**(1.719)**	**(131.026)**	**15.465**
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**22**	**(16.929)**	**(12.724)**	**(186.195)**	**(29.899)**
Provisão para imposto de renda corrente		(10.519)	(8.014)	(15.492)	(11.639)
Provisão para contribuição social corrente		(6.410)	(4.710)	(9.050)	(6.714)
Ativo fiscal diferido		-	-	(161.653)	(11.546)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		**-**	**-**	**(195)**	**-**
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO DE CONTROLADAS		**-**	**-**	**(12)**	**(9)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE		**(317.428)**	**(14.443)**	**(317.428)**	**(14.443)**
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$		**(656,96)**	**(168,99)**		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		**1.404.908**	**16**	**24.466**	**(303.177)**	**1.126.213**
Reservas de reavaliação		-	(16)	-	23	7
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(21.941)	-	(21.941)
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	(14.443)	(14.443)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010		**1.404.908**	**-**	**2.525**	**(317.597)**	**1.089.836**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		**1.404.908**	**-**	**2.700**	**(308.426)**	**1.099.182**
Reflexo de absorção de prejuízo com reserva em controlada	16	-	-	-	7	7
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	3.417	-	3.417
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	(317.428)	(317.428)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011		**1.404.908**	**-**	**6.117**	**(625.847)**	**785.178**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R$)

	Banco 2011	Banco 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo líquido do semestre	(317.428)	(14.443)	(317.428)	(14.443)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	370.972	40.855	403.511	209.211
Depreciações e amortizações	395	439	76.654	21.210
Insuficiência (superveniência) de depreciação	-	-	1.233	(2.449)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53	157	84.503	94.656
Baixas por obsolecência	-	-	915	-
Constituição de provisão para contingências	5.137	4.332	24.765	35.243
Impostos diferidos	-	-	161.653	11.546
Constituição (realização) de provisão de desvalorização de outros valores e bens	-	-	6	(43)
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	84.562	9.268	56.719	23.706
Amortização do ágio	15.576	14.962	17.456	44.100
Reversão da provisão do ágio	-	-	(20.400)	(18.758)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	7	-	7	-
Resultado de participação em controladas	265.242	11.697	-	-
Lucro líquido ajustado	53.544	26.412	86.083	194.768
Variação de ativos e obrigações	(824.142)	(595.145)	(646.662)	(203.473)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(474.534)	(903.736)	25.809	10.292
Aumento em Instrumentos financeiros derivativos	120.800	59.501	120.793	59.501
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	6.667	2.543
Aumento (redução) em títulos e valores mobiliários	(263.913)	112.296	(292.469)	84.235
(Aumento) redução em relações interdependências e interfinanceiras	6.349	(4.941)	7.537	(8.052)
(Aumento) redução em operações de crédito	37.395	(5.735)	(447.028)	713
Aumento em outros créditos	(3.412.778)	(2.963.489)	(3.411.367)	(2.956.483)
(Aumento) redução em outros valores e bens	13	19	(18.507)	(21.717)
Aquisição de bens não de uso	-	-	(212)	2.435
Redução em depósitos	(73.830)	(103.833)	(71.049)	(212.411)
Aumento (redução) no mercado aberto	72.000	-	83.553	(420.097)
(Redução) aumento em obrigações por empréstimos	(402.486)	283.413	(267.946)	323.955
Aumento em outras obrigações	3.566.659	2.931.368	3.609.985	2.938.922
Participação de acionistas minoritários	-	-	12	(9.102)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	183	(8)	7.560	1.793
Caixa líquido investido nas atividades operacionais	(770.598)	(568.733)	(560.579)	(8.705)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos	(4)	(8.632)	-	-
Alienação de investimentos	-	10	11	10
Aquisição de imobilizado de uso	(457)	(267)	(2.152)	(7.051)
Alienação de imobilizado de uso	-	4	66	4.066
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	-	-	(188.035)	(53.176)
Aplicações no intangível	-	(30.069)	-	(30.069)
Caixa líquido investido nas atividades de investimento	(461)	(38.954)	(190.110)	(86.220)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Outros financiamentos	-	-	-	(185)
Caixa líquido investido nas atividades de financiamento	-	-	-	(185)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(771.059)**	**(607.687)**	**(750.689)**	**(95.110)**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	**1.267.536**	**1.069.900**	**1.254.625**	**520.387**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	**496.477**	**462.213**	**503.936**	**425.277**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto na Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em 2011 e em 2010 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A. e suas respectivas controladas, cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais (Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil) é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre as entidades do Conglomerado. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **d)** CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e **e)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização das mesmas será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Foram efetuadas reclassificações nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas de 30 de junho de 2010 para melhor comparação com as informações de 30 de junho de 2011.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos -** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", de futuros e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do semestre. Certos contratos de "swap" foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; e • Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre. • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa -** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações". **f) Arrendamento mercantil -** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O Saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **g) Valores residuais garantidos -** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Superveniência ou insuficiência de depreciação -** Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **i) Carteira de câmbio -** As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) -** São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **k) Investimentos - •** As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, não registradas ao valor de custo; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **l) Imobilizado -** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. **m) Depreciações - •** Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e • Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **n) Diferido -** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. **o) Intangível -** No Banco, estão representados pelos ágios pagos nas aquisições das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacique S.A., líquido de provisão para ajuste ao valor recuperável. No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares, e os ágios oriundos de incorporações reversas que estão sendo amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. **p) Valor de recuperação dos ativos -** Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior freqüência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **q) Atualização monetária de direitos e obrigações -** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses -** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores

(continua)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Controladas

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **t) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R$ 240 (R$ 120 no semestre). A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **u) Mensuração a valor de mercado -** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **v) Uso de estimativas contábeis -** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Consolidado, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Consolidado. **I - Risco de crédito** - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Consolidado é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II - Risco de mercado** - A área de Risco de Mercado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Consolidado com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Consolidado, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III - Risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV - Risco operacional** - Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, o Consolidado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no § 1º do art. 1º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à Gestão de Riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme requerido pela Circular BACEN No 3.477, de 24 de dezembro de 2009, estão publicadas em nosso sítio no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA PARA O FLUXO DE CAIXA INDIRETO

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades	861	7.005	4.385	10.070
Aplicações interfinanceiras de liquidez	495.616	455.208	499.551	415.207
Total	496.477	462.213	503.936	425.277

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2011:

	Banco				
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	293.917	951.717	933.614	342.377	2.521.625
Aplicações no mercado aberto	421.299	-	-	-	421.299
Aplicações em moedas estrangeiras	74.317	-	-	-	74.317
Total	789.533	951.717	933.614	342.377	3.017.241

	Consolidado	
	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.703	10.703
Aplicações no mercado aberto	421.299	421.299
Aplicações em moedas estrangeiras	74.629	74.629
Total	506.631	506.631

Em 30 de junho de 2010:

	Banco				
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	342.590	697.550	1.059.701	32.917	2.132.758
Aplicações no mercado aberto	407.597	-	-	-	407.597
Aplicações em moedas estrangeiras	7.711	-	-	-	7.711
Total	757.898	697.550	1.059.701	32.917	2.548.066

	Consolidado	
	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.340	4.340
Aplicações no mercado aberto	407.597	407.597
Aplicações em moedas estrangeiras	8.071	8.071
Total	420.008	420.008

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2011 e de 2010 por categoria:

	Banco			
	2011		2010	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria	517.044	516.796	331.912	331.294
Títulos para negociação:	515.533	515.285	328.431	327.813
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	474	474	3.201	3.201
Letras do Tesouro Nacional - LTN	500.315	500.170	325.230	324.612
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.744	14.641	-	-
Títulos disponíveis para venda:	1.511	1.511	3.481	3.481
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1.511	1.511	3.481	3.481
Vinculados a operações compromissadas:	72.248	72.190	-	-
Títulos para negociação:	72.248	72.190	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	72.248	72.190	-	-
Vinculados à prestação de garantias:	556.944	556.017	528.582	527.122
Títulos para negociação:	556.944	556.017	528.582	527.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	556.944	556.017	528.582	527.122
Total	1.146.236	1.145.003	860.494	858.416

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria	834.394	832.974	1.019.106	1.018.135
Títulos para negociação:	787.415	786.015	883.178	882.255
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	252.472	252.417	553.453	553.305
Letras do Tesouro Nacional - LTN	520.199	518.957	329.725	328.950
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.744	14.641	-	-
Títulos disponíveis para venda:	46.979	46.959	135.928	135.880
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	45.468	45.448	132.447	132.399
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1.511	1.511	3.481	3.481
Vinculados a operações compromissadas:	215.612	215.517	33.568	33.552
Títulos para negociação:	215.612	215.517	33.568	33.552
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	143.364	143.327	33.568	33.552
Notas do Tesouro Nacional - NTN	72.248	72.190	-	-
Vinculados à prestação de garantias:	642.962	641.290	689.716	687.683
Títulos para negociação:	638.332	636.662	654.126	652.102
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	57.092	57.077	115.802	115.758
Letras do Tesouro Nacional - LTN	581.240	579.585	538.324	536.344
Títulos disponíveis para venda:	4.630	4.628	35.590	35.581
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.630	4.628	17.398	17.389
Certificado de Depósito Bancário	-	-	18.192	18.192
Total	1.692.968	1.689.781	1.742.390	1.739.370

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e pelas cotações divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das cotas divulgados pelos administradores dos fundos. Os CDBs e os títulos públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas nos respectivos administradores dos fundos.

b) Composição por prazo de vencimento

	Banco					
	2011			2010		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	1.511	1.511	-	3.481	3.481
A vencer entre 1 e 12 meses	1.143.492	-	1.143.492	854.935	-	854.935
Total	1.143.492	1.511	1.145.003	854.935	3.481	858.416

	Consolidado					
	2011			2010		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	1.511	1.511	-	3.481	3.481
A vencer até 3 meses	1.984	-	1.984	1.546	18.192	19.738
A vencer entre 3 e 12 meses	1.232.752	-	1.232.752	947.214	8.547	955.761
A vencer entre 1 e 3 anos	403.458	50.076	453.534	619.149	141.241	760.390
Total	1.638.194	51.587	1.689.781	1.567.909	171.461	1.739.370

Os títulos e valores mobiliários classificados como "para negociação" estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Composição por emissor

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Títulos para negociação	1.143.492	854.935	1.638.194	1.567.909
Públicos	1.143.492	854.935	1.638.194	1.567.909
Governo Federal	1.143.492	854.935	1.638.194	1.567.909
Títulos disponíveis para venda	1.511	3.481	51.587	171.461
Privado	1.511	3.481	1.511	21.673
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	18.192
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	1.511	3.481	1.511	3.481
Públicos	-	-	50.076	149.788
Governo Federal	-	-	50.076	149.788
Total	1.145.003	858.416	1.689.781	1.739.370

d) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA). Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

d.1) "Swap" e NDF - Em 30 de junho de 2011

	Banco e Consolidado				
	Valor de referência				
Indexador	Operações registradas na BM&FBOVESPA	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
CDI x dólar	86.175	545.410	631.585	47.454	52.964
CDI x euro	-	77.841	77.841	2.541	2.722
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	-	5.222	5.222	515	648
CDI x pré	20.000	147.792	167.792	(18.849)	(18.881)
Dólar x CDI	102.553	-	102.553	(73.119)	(71.646)
Dólar (NDF)	-	916.593	916.593	(8.352)	(12.062)
Dólar x euro	-	1.156.412	1.156.412	(7.084)	(6.627)
Dólar x IGP-M	29.269	-	29.269	(26.997)	(27.050)
Dólar x pré	-	768.360	768.360	(140.237)	(144.205)
Euro (NDF)	-	900.455	900.455	(7.994)	(17.214)
IGP-M x dólar	-	29.269	29.269	29.744	30.057
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	-	5.222	5.222	(71)	(176)
Pré x CDI	-	154.598	154.598	15.624	15.678
Pré x CDI (Fluxo de caixa)	-	114.583	114.583	45	239
Franco (NDF)	-	762	762	(38)	(26)
Yen (NDF)	-	703	703	3	27
Pré x dólar	-	78.451	78.451	13.473	14.208
CDI x dólar (*)	-	6.801	6.801	5.230	5.270
Pré x dólar (*)	-	30.896	30.896	19.791	20.388
Total	237.997	4.939.370	5.177.367	(148.321)	(155.686)

Em 30 de junho de 2010

	Banco e Consolidado				
	Valor de referência				
Indexador	Operações registradas na BM&FBOVESPA	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
CDI x dólar	501.340	330.980	832.320	70.393	48.028
CDI x euro	-	38.110	38.110	3.311	3.311
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	-	10.444	10.444	(255)	(255)
Dólar x CDI	381.557	-	381.557	(147.322)	(147.322)
Dólar (NDF)	-	385.578	385.578	(25)	(25)
Dólar x IGP-M	58.494	-	58.494	(37.339)	(37.339)
Dólar x pré	-	1.844.902	1.844.902	(101.862)	(101.862)
Euro (NDF)	-	203.143	203.143	11.986	11.986
Euro x pré	-	11.316	11.316	(637)	(638)
IGP-M x dólar	-	58.494	58.494	41.938	41.938
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	-	10.444	10.444	(624)	(624)
Libra (NDF)	-	122	122	13	13
Pré x CDI	-	13.512	13.512	1.067	1.067
Pré x dólar	-	275.921	275.921	24.999	5.149
Franco (NDF)	-	412	412	(18)	(18)
Yen (NDF)	-	34	34	-	-
Total	941.391	3.183.412	4.124.803	(134.375)	(176.591)

(*) Determinados contratos de Swap estão associados a operações de crédito, contratados pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada, conforme estabelecido na Circular BACEN nº 3.150/02 (nota explicativa nº 3 d). O saldo das operações associadas, em 30 de junho de 2011, totaliza R$ 33.003 (R$ 141.497 em 2010).

Diferencial a receber (pagar)

	Banco e Consolidado	
	2011	2010
	"Swap"	"Swap"
Curto prazo	147.971	111.080
Longo prazo	64.336	53.943
Saldo registrado no ativo:	212.307	165.023
Curto prazo	(231.816)	(217.079)
Longo prazo	(136.814)	(82.319)
Saldo registrado no passivo:	(368.630)	(299.398)
Diferencial líquido a pagar	(156.323)	(134.375)

d.2) Mercado futuro

	Banco			
	2011		2010	
Futuros	Valor dos contratos	Ajuste a receber(pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber(pagar)
DDI	4.671.996	(8.008)	3.334.878	(3.531)
DI	4.293.811	2.595	2.391.727	863
DÓLAR	1.913.150	(9.175)	318.141	(659)
EURO	311.993	(587)	39.483	131
IENE	290	2	-	-
LIBRA	1.140	8	-	-
PESO MEXICANO	1.697	(6)	-	-
Total	11.194.077	(15.171)	6.084.229	(3.196)

	Consolidado			
	2011		2010	
Futuros	Valor dos contratos	Ajuste a receber(pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber(pagar)
DDI	5.316.186	(13.131)	4.168.979	(9.184)
DI	5.079.562	3.130	3.198.264	1.472
DÓLAR	1.918.643	(9.134)	324.468	(643)
EURO	311.993	(587)	39.483	131
IENE	290	2	-	-
LIBRA	1.140	8	-	-
PESO MEXICANO	1.697	(6)	-	-
Total	12.629.511	(19.718)	7.731.194	(8.224)

Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA. A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R$ 556.017 no Banco e R$ 641.053 no Consolidado. Em 2010, havia R$ 527.122 no Banco e R$ 687.683 no Consolidado. Os contratos de "swap", NDFs e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2011

	Banco					
	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
"Swap"	770.353	1.014.902	596.759	680.472	296.368	3.358.854
NDFs	433.312	517.116	270.379	293.922	303.784	1.818.513
Futuros	4.024.209	2.826.312	2.337.273	1.593.902	412.381	11.194.077
Total	5.227.874	4.358.330	3.204.411	2.568.296	1.012.533	16.371.444

	Consolidado					
	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
"Swap"	770.353	1.014.902	596.759	680.472	296.368	3.358.854
NDFs	433.312	517.116	270.379	293.922	303.784	1.818.513
Futuros	4.344.892	3.068.966	3.123.125	1.680.147	412.381	12.629.511
Total	5.548.557	4.600.984	3.990.263	2.654.541	1.012.533	17.806.878

Em 30 de junho de 2010

	Banco				
	Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
"Swap"	1.379.486	1.670.294	478.249	7.484	3.535.513
NDFs	248.696	258.389	76.181	6.024	589.290
Futuros	2.187.814	1.815.909	1.981.483	99.023	6.084.229
Total	3.815.996	3.744.592	2.535.913	112.531	10.209.032

	Consolidado				
	Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
"Swap"	1.379.486	1.670.294	478.249	7.484	3.535.513
NDFs	248.696	258.389	76.181	6.024	589.290
Futuros	2.620.268	2.037.918	2.937.095	135.913	7.731.194
Total	4.248.450	3.966.601	3.491.525	149.421	11.855.997

Em virtude da avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, utilizados para "hedge" dos empréstimos em moeda estrangeira, pelo valor de mercado, conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.082/02, os ganhos registrados no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011 no Banco totalizaram o montante de R$ 4.434 (perda de R$ 1.404 em 2010) e perdas no Consolidado de R$ 57.858 (R$ 5.658 em 2010), como segue:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
DDI	1.383	(2.963)	(62.107)	(113)
DI	3.051	1.559	3.690	(5.544)
Dólar	-	-	559	(1)
Total	4.434	(1.404)	(57.858)	(5.658)

d.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" - Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

a) "Hedge" de fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2011

	Banco e Consolidado		
Objeto de "hedge"	Valor na curva	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Captações externas – variação cambial	(1.389.800)	(1.380.284)	9.516
Contratos de futuros - ativo			
DDI	1.389.800	1.380.285	(9.515)

Em 30 de junho de 2010

	Banco e Consolidado		
Objeto de "hedge"	Valor na curva	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Captações externas – variação cambial	(621.904)	(625.709)	(3.805)
Contratos de futuros - ativo			
DDI	621.904	625.604	3.700

b) "Hedge" de risco de mercado

Em 30 de junho de 2011

	Consolidado		
Objeto de "hedge"	Valor de mercado início do hedge	Valor de mercado em 30/06/2011	Variação no valor de mercado
Captações externas – variação cambial	(370.772)	(358.723)	12.049
Operações de crédito-Taxa de juros pré (reais)	23.132	32.201	9.069
Contratos de futuro			
Ativo			
DDI	374.534	364.317	(10.217)
Passivo			
DI	(24.772)	(33.881)	(9.109)

Em 30 de junho de 2010

	Consolidado		
Objeto de "hedge"	Valor de mercado início do hedge	Valor de mercado em 30/06/2011	Variação no valor de mercado
Captações externas – variação cambial	(688.341)	(697.094)	(8.753)
Operações de crédito-Taxa de juros pré (reais)	189.276	196.604	7.328
Contratos de futuro			
Ativo			
DDI	697.660	705.297	7.637
Passivo			
DI	(212.035)	(219.905)	(7.870)

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

a) Ativo – Outros créditos

	Consolidado	
	2011	2010
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7.d.2)	2.384	495
Marcação a mercado do item objeto de hedge de operações de crédito	-	7.328
Total	2.384	7.823

b) Passivo - Outras obrigações

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Operação:				
Mercado futuro (nota explicativa nº 7.d.2)	15.171	3.196	19.976	8.719
Marcação a mercado do item objeto de hedge de operações de crédito	-	-	2.989	-
Valores a processar conta convênio público	-	-	-	2.824
Outros	-	-	-	1.029
Total	15.171	3.196	22.965	12.572

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Tipo de operação:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos e títulos descontados	153.321	360.398	1.999.383	1.951.751
Financiamentos	10.584	122.887	1.082.735	932.468
Total das operações de crédito	163.905	483.285	3.082.118	2.884.219
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	116.941	126.625	116.941	126.625
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	1.243	3.059	1.243	3.059
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	-	-	1.278	3.092
Total de outros créditos	118.184	129.684	119.462	132.776
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	-	-	290.679	84.861
Total do risco da carteira	282.089	612.969	3.492.259	3.101.856

b) Diversificação por atividade:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Setor privado:				
Indústria	146.881	153.069	166.000	182.987
Comércio	123.715	343.800	175.420	382.163
Instituições financeiras	9.363	2.278	25.340	7.135
Pessoas físicas	294	243	2.894.833	2.303.487
Outros serviços	1.836	113.579	122.917	208.353
Setor público				
Governo federal	-	-	107.749	17.731
Total	282.089	612.969	3.492.259	3.101.856

c) Vencimento

	Banco				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Prazo:								
Vencidas a partir de 15 dias	2	-	51	0,01	65.492	1,88	89.458	2,88
A vencer até 3 meses	44.168	15,66	199.415	32,53	535.313	15,33	649.054	20,92
A vencer de 3 a 12 meses	193.047	68,43	249.896	40,77	1.214.439	34,78	1.068.447	34,45
A vencer de 1 a 3 anos	34.217	12,13	161.169	26,29	1.278.403	36,61	1.059.793	34,17
A vencer de 3 a 5 anos	10.655	3,78	2.438	0,40	363.892	10,42	219.158	7,07
A vencer de 5 a 15 anos	-	-	-	-	34.720	0,99	15.946	0,51
Total	282.089	100,00	612.969	100,00	3.492.259	100,00	3.101.856	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	Banco				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	65.610	23,26	164.796	26,88	178.739	5,12	190.153	6,13
10 seguintes maiores devedores	216.261	76,66	397.452	64,84	343.914	9,85	492.751	15,89
20 seguintes maiores devedores	212	0,08	50.689	8,27	48.869	1,40	110.668	3,57
50 seguintes maiores devedores	6	-	32	0,01	47.276	1,35	20.130	0,65
100 seguintes maiores devedores	-	-	-	-	25.749	0,73	15.514	0,50
Demais devedores	-	-	-	-	2.847.712	81,55	2.272.640	73,27
Total	282.089	100,00	612.969	100,00	3.492.259	100,00	3.101.856	100,00

e) Nível de risco:

		Banco	
		2011	2010
Nível	%	Curso normal	Curso normal
AA	0,00%	231.621	450.036
A	0,50%	26.171	77.633
B	1,00%	24.297	85.300
		282.089	612.969

(continua)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Controladas
(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

		Consolidado					
		2011			2010		
Nível	%	Curso normal	Vencidos	Total	Curso normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	503.955	-	503.955	533.397	-	533.397
A	0,50%	2.563.437	3.412	2.566.849	2.082.025	51	2.082.076
B	1,00%	96.054	39.774	135.828	156.524	23.650	180.174
C	3,00%	34.727	39.702	74.429	33.898	27.140	61.038
D	10,00%	21.105	21.540	42.645	28.383	18.810	47.193
E	30,00%	9.307	14.607	23.914	15.017	13.231	28.248
F	50,00%	10.841	13.710	24.551	10.500	13.369	23.869
G	70,00%	7.730	10.407	18.137	8.197	12.104	20.301
H	100,00%	35.687	66.264	101.951	37.373	88.187	125.560
		3.282.843	209.416	3.492.259	2.905.314	196.542	3.101.856

f) Provisão por nível de risco:

		Banco				Consolidado			
		2011		2010		2011		2010	
Nível	%	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	231.621	-	450.036	-	503.955	-	533.397	-
A	0,50%	26.171	130	77.633	388	2.566.849	12.834	2.082.076	10.411
B	1,00%	24.297	243	85.300	853	135.828	1.358	180.174	1.801
C	3,00%	-	-	-	-	74.429	2.233	61.038	1.831
D	10,00%	-	-	-	-	42.645	4.265	47.193	4.719
E	30,00%	-	-	-	-	23.914	7.174	28.248	8.475
F	50,00%	-	-	-	-	24.551	12.276	23.869	11.934
G	70,00%	-	-	-	-	18.137	12.696	20.301	14.212
H	100,00%	-	-	-	-	101.951	101.951	125.560	125.560
Provisão mínima requerida		282.089	373	612.969	1.241	3.492.259	154.787	3.101.856	178.943
Provisão adicional (*)							5.824		
Total							160.611		

(*) Em 30 de junho de 2011, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa adicionais, na controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R$ 5.824, considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e recuperações).

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados ao valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado	192.214	73.175
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(191.315)	(73.175)
Arrendamentos a receber - setor público	108.124	17.776
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(108.124)	(17.776)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	309.400	89.650
Superveniência de depreciação	8.165	7.059
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas	3.396	-
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(31.181)	(11.848)
Arrendamentos a receber - setor privado	290.679	84.861

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	320	1.084	167.404	224.141
Constituição	53	157	84.503	94.656
Baixas	-	-	(91.296)	(139.181)
Saldo final	373	1.241	160.611	179.616

No Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 24.213 (R$ 21.529 em 2010). O saldo de operações de crédito renegociados no semestre é de R$ 2.234 (R$ 5.872 em 2010).

12. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Banco e Consolidado	
	2011	2010
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	2.870.211	1.761.775
Direitos sobre venda de câmbio	3.150.797	1.903.213
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(108.416)	(1.317)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	1.243	3.059
Total	5.913.835	3.666.730
Curto prazo	4.482.404	3.559.477
Longo prazo	1.431.431	107.253
Total	5.913.835	3.666.730
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	3.088.421	1.895.946
Obrigações por compra de câmbio	2.967.341	1.789.038
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(116.941)	(126.625)
Total	5.938.821	3.558.359
Curto prazo	4.457.592	3.450.181
Longo prazo	1.481.229	108.178
Total	5.938.821	3.558.359

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos e antecipações salariais	2.195	1.386	4.563	3.565
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	1	713	812
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 b)	-	-	74.549	240.365
Devedores por depósitos em garantia (*)	88.789	43.956	115.238	59.262
Devedores por depósitos em garantia-outros	-	-	8.096	6.809
Impostos e contribuições a compensar	2.961	11.702	17.455	24.709
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a)	-	-	1.278	3.092
Contratos a implantar	-	-	5.610	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23)	30	29	-	-
Devedores diversos no exterior (**)	10.879	8.854	10.879	8.854
Parcelas de arrendamento a compensar	-	-	829	591
Outros	605	212	2.298	11.066
Total	105.459	66.140	241.508	359.125
Curto prazo	16.670	22.106	35.176	50.447
Longo prazo	88.789	44.034	206.332	308.678
Total	105.459	66.140	241.508	359.125

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas", totalizando R$ 35.299 em 30 de junho de 2011 (R$ 33.753 em 2010), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R$ 5.203, a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R$ 41.752 (R$ 32.045 em 2010). Vide nota explicativa nº 15 iii.
(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições a pagar	424	13.097	7.471	21.896
Impostos e contribuições a recolher	1.803	2.363	10.265	12.680
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 d)	4.087	1.703	12.511	13.982
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i)	83.541	71.221	192.831	166.366
Total	89.855	88.384	223.078	214.924
Curto prazo	6.314	17.163	21.823	36.749
Longo prazo	83.541	71.221	201.255	178.175
Total	89.855	88.384	223.078	214.924

c) Outras obrigações - diversas:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Cheques administrativos	-	-	813	743
Obrigação por aquisição de bens e direitos	-	-	16	32
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	5.596	5.354	30.704	17.539
Provisão para passivos contingentes cíveis (nota explicativa nº 15. i)	84	137	17.899	14.311
Provisão com despesas de pessoal	11.082	8.888	29.422	24.528
Provisão para despesas de publicação	125	215	136	229
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	-	-	15.769	28.990
Provisão para pagamentos a fornecedores	368	756	8.883	4.294
Provisão para pagamentos "escrow account" (a)	-	-	7.200	18.959
Provisão para créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa nº 28. b)	-	-	2.023	1.030
Provisão para pagamento de lojistas	-	-	1.046	1.607
Recebimentos a processar (c)	-	-	79.701	10.150
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	-	-	31.181	11.848
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23)	16.601	4.043	22.302	14.466
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 23)	32	807	32	807
Outras	286	675	3.742	7.936
Total	34.174	20.875	250.869	157.469
Curto prazo	28.494	15.194	160.079	95.036
Longo prazo	5.680	5.681	90.790	62.433
Total	34.174	20.875	250.869	157.469

(a) Refere-se a valor a pagar aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco Pecúnia S.A. (pela Galo S.A., incorporada em 1º. de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas iguais, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007, acrescido da variação do CDI. (b) Inclui principalmente, o diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil, no montante de R$ 11.638 (R$ 4.170 em 2010), pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R$ 1.976 (R$ 7 em 2010). (c) No Consolidado, refere-se, principalmente a valores a serem repassados aos cessionários, relativos a créditos cedidos cujo recebimento é efetuado pela controlada Banco Cacique S.A. O ajuste financeiro referente a diferença entre os valores recebidos e os valores as serem repassados aos cessionários são apropriados por competência na rubrica "Receitas de operações de crédito".

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Seguros	17	15	21	15
Fianças	-	-	401	50
Vale transporte	-	-	40	35
Despesas com encargos contratuais	-	-	902	1.302
Comissões (*)	-	-	90.264	55.642
Outras	-	-	1.390	103
Total	17	15	93.018	57.147
Curto prazo	17	15	28.683	26.702
Longo prazo	-	-	64.335	30.445
Total	17	15	93.018	57.147

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente pela análise de crédito e contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

15. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação fiscal. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos das provisões constituídas

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contingências fiscais (nota explicativa nº 13 b)	83.541	71.221	192.831	166.366
Contingências trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	5.596	5.354	30.704	17.539
Contingências cíveis (nota explicativa nº 13 c)	84	137	17.899	14.311
Total	89.221	76.712	241.434	198.216

ii. Movimentação das provisões passivas

Em 30 de junho de 2011:

	Banco				Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	78.637	5.367	80	84.084	182.252	19.330	15.087	216.669
Constituição (*)	2.576	-	-	2.576	5.846	11.145	5.542	22.533
Reversão (**)	-	-	-	-	-	-	(2.734)	(2.734)
Atualização (*)	2.328	229	4	2.561	4.733	229	4	4.966
Saldo final	83.541	5.596	84	89.221	192.831	30.704	17.899	241.434
Devedor por depósitos em garantia (nota explicativa nº 13 a)	85.760	3.019	10	88.789	103.008	10.012	2.218	115.238

Em 30 de junho de 2010:

	Banco				Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	65.864	6.379	942	73.185	135.632	16.003	12.977	164.612
Constituição (*)	4.446	-	881	5.327	30.193	3.730	3.113	37.036
Baixas	-	-	(805)	(805)	-	(834)	(805)	(1.639)
Reversão (**)	(538)	(1.241)	(895)	(2.674)	(2.494)	(1.576)	(988)	(5.058)
Atualização (*)	1.449	216	14	1.679	3.035	216	14	3.265
Saldo final	71.221	5.354	137	76.712	166.366	17.539	14.311	198.216
Devedor por depósitos em garantia (nota explicativa nº 13 a)	41.102	2.854	-	43.956	49.932	7.511	1.819	59.262

(*) Nota explicativa nº 26. No Consolidado, contingências fiscais inclui o valor de R$ 68 registrado na rubrica "Despesas de Pessoal", referente ao FGTS provisionado e não recolhido na controlada Banco Cacique S.A.
(**) Nota explicativa nº 25.

iii. Detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2011

	Banco					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	83.541	83.541	4.825	4.825	84	84
Perdas possíveis (b)	362.406	-	585	401	2.803	-
Perdas remotas	42.711	-	1.076	370	4.520	-
Total de provisões	488.658	83.541	6.486	5.596	7.407	84

	Consolidado					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	93.236	93.236	23.625	23.625	17.899	17.899
Perdas possíveis (b)	551.311	99.595	57.104	6.709	93.729	-
Perdas remotas	72.699	-	49.985	370	18.741	-
Total de provisões	717.246	192.831	130.714	30.704	130.369	17.899

Em 30 de junho de 2010

	Banco					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	71.221	71.221	4.701	4.701	137	137
Perdas possíveis (b)	69.347	-	414	283	7.285	-
Perdas remotas	45.921	-	370	370	6.688	-
Total de provisões	186.489	71.221	5.485	5.354	14.110	137

	Consolidado					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	81.533	81.533	12.177	12.177	14.311	14.311
Perdas possíveis (b)	186.808	84.833	11.073	4.992	37.650	-
Perdas remotas	73.559	-	41.489	370	10.186	-
Total de provisões	341.900	166.366	64.739	17.539	62.147	14.311

Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos: (a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais: • Compensação de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente a correção monetária de balanço com base na Lei nº 8.200/91 - em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 16.924 no Banco e Consolidado (R$ 16.464 em 2010); • Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 5.204 no Banco e Consolidado (R$ 4.954 em 2010); • Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril/91 a março/92 – em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 13.303 no Banco e Consolidado (R$ 12.953 em 2010); • Alargamento pela Lei nº 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 39.508 no Banco (R$ 30.517 em 2010) e no Consolidado R$ 110.822 (R$ 91.376 em 2010); • Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 23.551 no Consolidado (R$ 21.887 em 2010); • (b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível. Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira ("Box quatro Pontas") realizada em 1993 – em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 35.490 no Banco e Consolidado (R$ 34.478 em 2010); • Auto de infração referente a cobrança de IRPJ e CSLL (acrescidos de multa de ofício e juros de mora), no montante de R$ 277.841, sobre a reconstituição do ágio em investimentos efetuada no ano de 2008. O Banco apresentou em 24 de janeiro de 2011 contestação ao referido auto, junto à Delegacia da Receita Federal em São Paulo – SP, da qual obteve em 13 de maio de 2011, decisão dando provimento à impugnação apresentada pelo Banco, exonerando-o, por conseguinte, da cobrança dos impostos em questão; • Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio e com serviços prestados por terceiros – em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 35.192 no Consolidado; • Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre o processo de desmutualização da Bovespa, para as quais foram preventivamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa, nº 13 a – em 30 de junho de 2011 totalizou no Banco R$ 7.949 e no Consolidado 55.246 (R$ 13.194 em 2010); e • Cobrança de tributos (IRPJ, IRRF, IOF e CPMF) em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com crédito oriundo de IRRF – em 30 de junho de 2011 totalizou R$ 33.465 no Banco e Consolidado (R$ 24.699 em 2010); • Plano Verão – R$ 17.401 no Consolidado (R$ 16.904 em 2010) - Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990. Não há depósito judicial. O processo está na 12ª Vara da Justiça Federal, aguardando julgamento. Contingências trabalhistas: Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Contingências cíveis: São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

16. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS – BANCO

	Banco Cacique S.A. (a)		Banco Pecúnia S.A (b)		SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil		Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Informações das controladas:												
Capital social	339.767	339.767	200.342	200.342	23.398	23.398	15.415	15.415	231	231		
Quantidade de ações/cotas - em milhares:												
Ordinárias	100.310	100.310	10.136	10.136	426	426	7.956	7.956	-	-		
Preferenciais	-	-	-	-	426	426	7.956	7.956	-	-		
Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	300	300		
Participações - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1,00	1,00		
Patrimônio líquido	111.099	346.605	63.895	94.504	23.657	25.525	22.343	21.278	622	613		
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	(245.679)	856	(17.763)	(15.869)	(2.414)	2.364	614	472	-	-		
Movimentação dos investimentos:												
Saldos em 31 de dezembro	356.778	425.749	81.654	21.262	26.071	23.161	21.729	20.806	6	6	486.238	490.984
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	4	6	-	-	-	-	-	-	4	6
Resultado de equivalência patrimonial	(245.679)	856	(17.763)	(15.389)	(2.414)	2.364	614	472	-	-	(265.242)	(11.697)
Aumento/(Redução) de capital (c)		(80.000)	-	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de investimento (d)	-	-	-	8.632	-	-	-	-	-	-	-	8.632
Saldos em 30 de junho	111.099	346.605	63.895	94.504	23.657	25.525	22.343	21.278	6	6	221.000	487.918

(a) O Banco Cacique possui ágio, no montante de R$ 123.934, avaliado a valor recuperável com base em estudos técnicos que projetam a geração de lucros tributáveis futuros e consideram, também, aportes adicionais de recursos pelos seus acionistas controladores. Em 30 de junho de 2011, a controlada Banco Cacique S.A., decidiu, ao avaliar seu crédito tributário nesta data, pela sua baixa no montante de R$ 181.414, conforme requerido pela Resolução BACEN n º 3059 - artigo 5º., por ter se desenquadrado do histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social nos três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício de referência, e não realizou, em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico com créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal; (b) Inclui créditos tributários no montante de R$ 67.345, e "ativo intangível", no montante de R$ 9.093, consubstanciados de acordo com estudos técnicos realizados para a data de 30 de junho de 2011, que projetam a geração de lucros tributáveis futuros e consideram, também, aportes adicionais de recursos pelos seus acionistas controladores; (c) Em de 19 de abril de 2010, o Banco Cacique S.A. reduziu seu capital social em R$ 80.000 para aumentar o capital do Banco Pecúnia S.A., e mantê-lo em conformidade com as exigências do BACEN. A referida redução de capital foi homologada pelo BACEN em 24 de junho de 2010. Em 30 de junho de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado, após a redução, totalizava o montante de R$ 339.767, representado por 100.310 ações ordinárias, sem valor nominal. No semestre findo em 30 de junho de 2010, o Banco Pecúnia S.A. aumentou seu capital social em R$ 80.000 através de dois aumentos consecutivos de R$ 40.000 cada, homologados pelo BACEN em 2 de junho e em 16 de julho de 2010, respectivamente. Em 30 de junho de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado, após o aumento, totalizava o montante de R$ 200.342, representado por 10.136 ações ordinárias, sem valor nominal. (d) Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco adquiriu 30% da participação do Banco Pecúnia S.A., pertencente anteriormente ao sócio minoritário Tecnicredito SGPS S.A.(Portugal) pelo valor de R$ 38.700, sendo R$ 30.069 de ágio, registrado na rubrica "Intangível" (nota explicativa nº 17).

17. INTANGÍVEL

	Banco	
	2011	2010
Ágio por expectativa de resultados futuros	397.775	397.775
Banco Cacique S.A. (a)	350.331	350.331
Banco Pecúnia S.A. (b)	17.375	17.375
Banco Pecúnia S.A.	30.069	30.069
Amortização acumulada	(73.583)	(42.432)
Provisão para ajuste ao valor recuperável (c)	(119.861)	(119.861)
Total	204.331	235.482

	Consolidado	
	2011	2010
Ágio apurado na controlada Trancoso Participações Ltda., relativo à aquisição de suas controladas (incluindo o Banco Cacique S.A.) (a)	570.564	570.564
Ágio apurado na controlada Galo S.A., relativo à aquisição do Banco Pecúnia S.A. (b)	38.555	38.555
Ágio por expectativa de resultados – Banco Pecúnia S.A.	30.069	30.069
Outros ativos intangíveis	9.292	8.727
Amortização acumulada	(184.878)	(134.951)
Provisão para ajuste ao valor recuperável (c)	(119.861)	(119.861)
Amortização de outros ativos intangíveis	(3.701)	(2.965)
Total	340.040	390.138

(a) O ágio original, no valor de R$ 570.564, refere-se principalmente à aquisição da Cacipar Comércio e Participações Ltda., controladora do Banco Cacique S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2007. O referido ágio foi suportado com base em avaliação econômico-financeira conduzida por empresa independente contratada especialmente para esta finalidade para o semestre findo em 31 de dezembro de 2007 e complementada por atualização efetuada pela Administração daquela controlada para o semestre findo em 30 de junho de 2011. Para este estudo, foi adotada a metodologia do fluxo de dividendos descontados. Em decorrência do processo de incorporação reversa, o saldo do ágio anteriormente registrado na empresa Trancoso Participações Ltda. (antiga controladora da Cacipar Comércio e Participações Ltda., por sua vez controladora do Banco Cacique S.A., que foram incorporadas pelo Banco Cacique S.A. no processo de incorporação reversa), no montante de R$ 570.564, teve seu valor reduzido por provisão, no montante de R$ 350.331, conforme as normas do BACEN, antes do processo de incorporação. O ágio líquido de provisão e amortização, após o processo de incorporação, registrado na sociedade controlada Banco Cacique S.A., no montante de R$ 123.934 (R$ 141.359 em 2010), corresponde ao benefício fiscal a ser auferido. (b) Em decorrência do processo de incorporação reversa, o saldo do ágio anteriormente registrado na empresa Galo S.A. (antiga controladora do Banco Pecúnia S.A., incorporada pelo Banco Pecúnia S.A. no processo de incorporação reversa), no montante de R$ 38.555, teve seu valor reduzido por provisão, no montante de R$ 17.375, conforme normas do BACEN, antes do processo de incorporação, sendo o seu efeito no Banco, registrado primeiramente em conta de resultado, na rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas", posteriormente estornada e reclassificada para rubrica "Intangível". O ágio líquido de provisão e da amortização, após o processo de incorporação, foi registrado na sociedade controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R$ 9.232 (R$ 10.582 em 2010), correspondendo ao benefício fiscal a ser auferido. c) A provisão para ajuste ao valor recuperável foi constituída de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, pelo qual a entidade deve efetuar testes que garantam que cada ativo não esteja mensurado por um montante acima de seu valor recuperável. Os testes devem ser realizados sempre que houver um indício (indicadores internos e externos) de que o valor recuperável tenha sofrido redução significativa. A Administração, através de estudo técnico, apurou que o valor provável de recuperação do ativo objeto de ágio, ou seja, da participação societária no Banco Cacique S.A., era menor que o respectivo valor contábil e, em 31 de dezembro de 2008, constituiu provisão para perdas, no montante de R$ 119.861. Em 30 de junho de 2011, os valores prováveis de recuperação dos ativos (Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A.) são maiores que os valores contábeis, não havendo a necessidade de constituição adicional de provisão para perdas.

18. DEPÓSITOS

	Banco							
	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sem vencimento	1.985	2.528	-	-	-	-	1	1
Ate 3 meses	-	-	296.615	41.456	15.170	477.938	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-	688.374	637.829	100.193	252.566	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	157.941	501.488	-	-	-	-
Total	1.985	2.528	1.142.930	1.180.773	115.363	730.504	1	1

	Consolidado							
	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sem vencimento	2.430	4.852	-	-	-	367.926	1	1
Ate 3 meses	-	-	302.756	94.724	7.604	252.475	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-	702.962	652.916	100.193	-	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	174.774	518.545	-	-	-	-
Total	2.430	4.852	1.180.492	1.266.185	107.797	620.401	1	1

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos:				
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	117.279	120.760	117.279	120.760
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	756.580	561.481	756.580	561.481
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.505.740	788.652	2.165.183	1.573.078
Empréstimos em moeda nacional (d)	-	-	32.212	32.069
Subtotal	2.379.599	1.470.893	3.071.254	2.287.388
Repasses do exterior-				
Obrigações por repasses no exterior (e)	31.408	66.407	31.408	66.407
Total	2.411.007	1.537.300	3.102.662	2.353.795
Curto prazo	1.279.451	620.503	1.475.905	946.226
Longo prazo	1.131.556	916.797	1.626.757	1.407.569
Total	2.411.007	1.537.300	3.102.662	2.353.795

(a) No Banco, são representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2012 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 2,87% ao ano (1,52% ao ano em 2010). (b) No Banco e Consolidado, são representadas por repasses em moeda estrangeira com vencimentos em 2013, sujeito a variação cambial e juros de até 6,67% ao ano (7,18% ao ano em 2010). (c) No Banco e Consolidado, referem-se, principalmente, a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2015, sujeitos à variação cambial e a juros de até 6,67% ao ano em 2011 e em 2010. Para esses empréstimos, foram feitos "hedges" fluxo de caixa e risco de mercado com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI" e, em decorrência destes "hedges", houve marcação a mercado, no Banco com efeito positivo no patrimônio líquido de R$ 5.698 (R$ 266 em 2010) e Consolidado R$ 8.616 (R$ 4.310 em 2010). (d) No Consolidado, refere-se a empréstimo obtido no País, no valor original de R$ 31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do CDI. (e) Referem-se a repasses de empréstimos obtidos no exterior com a Matriz do Banco, com vencimento até 2012, sujeitos à variação cambial e a juros de até 1,65% ao ano (4,53% em 2010).

(continua)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Controladas

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Comissão de fianças	-	79	-	79
Comissão de empréstimos (*)	70	19	71.610	50.481
Comissão de operação em moeda estrangeira	226	199	226	199
Total	296	297	71.836	50.759

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

21. CAPITAL SOCIAL

a) Capital social - Em 30 de junho de 2011 e de 2010, o capital social estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2011	2010
Ações ordinárias	241.588	241.588
Ações preferenciais	241.588	241.588
Total	483.176	483.176

b) Dividendos - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do semestre. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010:

	Banco				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	(300.499)	(1.719)	(300.499)	(1.719)	(131.221)	15.465	(131.221)	15.465
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%	25%	25%	15%	15%
Receita (despesa) de crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	75.125	430	45.075	258	32.805	(3.866)	19.683	(2.320)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:								
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(66.310)	(2.924)	(39.786)	(1.755)	-	-	-	-
-Reversão (Amortização) de ágio não dedutível	(3.434)	(3.434)	(2.060)	(2.060)	736	1.255	442	754
-Provisão para despesas com SG Paris	(1.510)	(453)	(906)	(272)	(4.151)	(3.151)	(2.490)	(1.890)
-Despesas com fraudes	-	-	-	-	(109)	(59)	(65)	(35)
-Juros indedutíveis MP 472	(296)	-	(178)	-	(725)	-	(446)	-
-Incentivo fiscal	-	(42)	-	(25)	-	(42)	-	(25)
-Descontos concedidos	-	-	-	-	(304)	(645)	(182)	(387)
-Provisão para realização de ativos	-	-	-	-	-	(509)	-	(305)
-Despesas com cessão em operações de crédito	-	-	-	-	(222)	(4.198)	(134)	(2.519)
-Outras despesas não dedutíveis	(156)	(149)	(94)	(90)	(599)	(1.227)	(457)	(800)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:								
Diferenças temporárias								
-Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.284)	(1.083)	(771)	(650)	(1.729)	(3.067)	(936)	(1.774)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(2.730)	(4.035)	(1.737)	(2.421)	(3.283)	(4.267)	(2.076)	(2.561)
-Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13)	(39)	(8)	(23)	(243)	(1.947)	(153)	(1.168)
-Provisão para publicação de balanço	-	-	-	-	5	-	3	-
-Provisão de PLR	274	-	164	-	274	-	164	-
-Amortização de ágio	(460)	-	(276)	-	(460)	-	(276)	-
-Provisão de bônus	1.336	-	801	-	1.137	51	730	31
-Prejuízos fiscais	-	2.587	-	1.655	227	2.786	82	1.727
-Outras diferenças temporárias	160	1.128	98	673	2.035	(203)	648	462
-Créditos tributários não constituídos	(11.221)	-	(6.732)	-	(40.170)	-	(24.103)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.519)	(8.014)	(6.410)	(4.710)	(14.776)	(19.089)	(9.566)	(10.810)
Reversão de créditos tributários no período	-	-	-	-	(101.158)	-	(60.695)	-
Total de imposto de renda e contribuição social	(10.519)	(8.014)	(6.410)	(4.710)	(115.934)	(19.089)	(70.261)	(10.810)

O Banco possui prejuízos fiscais em 2011 de R$ 44.882 (no Consolidado, R$ 274.285 em 2011 e R$ 35.487 em 2010) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R$ 75.750 em 2011 e de R$ 249.573 em 2010 (no Consolidado R$ 152.649 em 2011 e de R$ 250.767 em 2010), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) diferidos no montante de R$ 48.253 em 2011 e R$ 107.301 em 2010 (no Consolidado R$ 170.774 em 2011 e R$ 108.999 em 2010). O Banco, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	Consolidado	
	2011	2010
Prejuízo fiscal e base negativa	53.492	323.987
Diferenças temporárias:	137.068	280.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.192	171.576
Provisão para contingências	75.843	102.185
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente	-	2.866
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	22	54
Outras	11	3.947
Total	190.560	604.615
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	47.640	151.154

Ativo - Contribuição social (Aliquota de 15%)

	Consolidado	
	2011	2010
Prejuízo fiscal e base negativa	41.682	310.126
Diferenças temporárias:	127.514	276.348
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.192	171.576
Provisão para contingências	66.289	97.905
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente	-	2.866
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	22	54
Outras	11	3.947
Total	169.196	586.474
Alíquota de contribuição social	15%	15%
Crédito tributário constituído	25.379	87.971

Ativo - Contribuição social (Aliquota de 9%)

	Consolidado	
	2011	2010
Diferenças temporárias:	7.452	9.503
Provisão para contingências	9.554	4.280
Total	9.554	4.280
Alíquota de contribuição social	17.006	13.783
Crédito tributário constituído	9%	9%
Total crédito tributário constituído (*)	1.530	1.240
	74.549	240.365

(*)Nota explicativa nº 13.a

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias

	Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	236.672	250.788
Adições	16	-
Reversão (*)	(161.608)	-
Realização (Nota explicativa nº 16 a)	(45)	(10.427)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	-	4
Outros	(486)	-
Saldo final	74.549	240.365

(*) A Administração do Banco, ao avaliar o crédito tributário em 30 de junho de 2011, decidiu pela sua baixa, conforme requerido pela Resolução BACEN nº 3059 - artigo 5º., por ter se desenquadrado do histórico de lucros ou receitas tributários para fins de imposto de renda e contribuição social nos três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício de referência, e não realizou, em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico com créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	1.808	11.849	10.721	26.810
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	-	(9.763)	-	(9.763)
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	2.279	(383)	2.279	(383)
Marcação a mercado-hedge-valor justo	-	-	(162)	507
Reversões de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(629)	(3.793)
Reserva de reavaliação	-	-	(6)	(8)
Realização de superveniência de depreciação	-	-	308	612
Saldo final (*)	4.087	1.703	12.511	13.982

(*) Nota explicativa nº 13 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	Consolidado	
	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
Ano	2011	2010
2010	-	19.725
2011	14.808	59.835
2012	17.630	10.905
2013	24.993	40.403
2014	10.657	22.356
2015	5.528	22.304
2016	408	22.511
2017	422	26.039
2018	103	16.180
2019	-	107
Total	74.549	240.365

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R$ 59.201 em 2011 (R$ 157.084 em 2010).

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
SG Equipement Finance S.A. - Arrendamento Mercantil:				
Outros valores a receber de ligadas (*)	14	14	88	129
Depósitos à vista	(25)	(17)	-	-
Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários:				
Outros valores a receber de ligadas (*)	12	12	75	70
Depósitos à vista	(3)	(2)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(15.170)	(15.235)	(806)	(634)
Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas (*)	2	2	10	10
Depósitos à vista	(2)	(5)	-	-
Depósitos a prazo	(518)	(520)	(27)	(21)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	538	1.628		(10.596)
Aplicações em moeda estrangeira	68.653	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	-	(7)	-	-
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	37	5.059	38.807	(719)
Aplicações em moeda estrangeira	5.664	7.711	(373)	19
Devedores diversos no exterior (*)	10.879	8.854	7.452	6.410
Obrigações em moeda estrangeira	(756.580)	(598.602)	(9.498)	(17.573)
Credores diversos no exterior (**)	(16.601)	(4.043)	(6.039)	(4.617)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.505.740)	(788.652)	68.140	(26.102)
Obrigações por repasses do exterior	(31.408)	(66.407)	1.791	(2.217)
Société Générale – Shangai				
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	-	(241)
Société Générale – Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	(117.279)	(83.632)	3.782	-
Banco Pecúnia S.A.:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	749.842	575.045	38.463	26.835
Depósitos interfinanceiros	-	(93.468)	(22)	(1.563)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas (*)	2	1	10	5
Outros valores a pagar de ligadas (**)	(32)	(807)	(266)	(502)
Depósitos à vista	(2)	(51)	-	-
Depósitos a prazo	(1.768)	(972)	(96)	(49)
Banco Cacique S.A				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.771.783	1.556.778	94.294	67.564
Depósitos interfinanceiros	-	(1.400)	(263)	(250)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(19)	(5)	-	-
Depósitos a prazo	(20.432)	(1.841)	(4.920)	(142)
Operações com swap – diferencial a receber	35.892	30.317	1.707	(732)
Empréstimos	65.610	164.796	(2.260)	7.255
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	575	6.687	38.807	(11.315)
Aplicações em moeda estrangeira	74.317	7.711	(373)	19
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.521.625	2.131.823	132.757	94.399
Devedores diversos no exterior (*)	10.879	8.854	7.452	6.410
Outros valores a receber de ligadas (*)	30	29	183	214
Outros valores a pagar de ligadas (**)	(32)	(807)	(266)	(502)
Depósitos à vista	(51)	(80)	-	-
Depósitos a prazo	(22.718)	(3.333)	(5.043)	(212)
Depósitos interfinanceiros	(15.170)	(110.103)	(1.091)	(2.447)
Credores diversos no exterior (**)	(16.601)	(4.043)	(6.039)	(4.617)
Obrigações em moeda estrangeira	(873.859)	(682.241)	(5.716)	(17.814)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.505.740)	(788.652)	68.140	(26.102)
Obrigações por repasses do exterior	(31.408)	(66.407)	1.791	(2.217)
Operações com swap – diferencial a receber	35.892	30.317	1.707	(732)
Empréstimos	65.610	164.796	(2.260)	7.255

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**)Nota explicativa nº 13 c

	Consolidado			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	538	1.628	-	(10.596)
Aplicações em moeda estrangeira	68.653	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	-	(7)	-	-
Société Générale - Paris:				
Disponibilidades em moedas estrangeiras	34	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	37	5.059	38.807	(719)
Aplicações em moeda estrangeira	5.664	7.711	(373)	19
Devedores diversos no exterior (*)	10.879	8.854	7.452	6.410
Obrigações em moeda estrangeira	(1.057.300)	(598.602)	3.464	(17.573)
Credores diversos no exterior (**)	(22.302)	(4.043)	(16.603)	(4.617)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.864.463)	(1.573.079)	87.091	(63.203)
Obrigações por repasses do exterior	(31.408)	(66.407)	1.791	(2.217)
Société Générale – Shangai				
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	-	(241)
Société Générale – Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	(117.279)	(83.632)	3.782	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas (*)	2	1	10	5
Outros valores a pagar de ligadas (**)	(32)	(807)	(266)	(502)
Depósitos à vista	(2)	(5)	-	-
Depósitos a prazo	(1.768)	(972)	(96)	(49)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(19)	(5)	-	-
Depósitos a prazo	(20.432)	(1.841)	(4.920)	(142)
Operações com swap – diferencial a receber	35.892	30.317	1.707	(732)
Empréstimos	65.610	164.796	(2.260)	7.255
Diretoria				
Depósitos à vista	(6)	-	-	-
Resumo por conta:				
Disponibilidades em moedas estrangeiras	34	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	575	6.687	38.807	(11.315)
Aplicações em moeda estrangeira	74.317	7.711	(373)	19
Devedores diversos no exterior (*)	10.879	8.854	7.452	6.410
Outros valores a receber de ligadas (*)	2	1	10	5
Outros valores a pagar de ligadas (**)	(32)	(807)	(266)	(502)
Depósitos à vista	(27)	(10)	-	-
Depósitos a prazo	(22.200)	(2.813)	(5.016)	(191)
Credores diversos no exterior (**)	(22.302)	(14.466)	(16.603)	(14.793)
Obrigações em moeda estrangeira	(873.859)	(682.241)	(5.716)	(17.814)
Obrigações por empréstimos do exterior	(2.165.183)	(1.573.079)	100.053	(63.203)
Obrigações por repasses do exterior	(31.408)	(66.407)	1.791	(2.217)
Operações com swap – diferencial a receber	35.892	30.317	1.707	(732)
Empréstimos	65.610	164.796	(2.260)	7.255

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**)Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante pago a título de remuneração dos Diretores no semestre foi de R$ 810 (R$ 1.003 em 2010) no Banco e de R$ 4.421 (R$ 4.827 em 2010) no Consolidado.

Composição do montante pago aos Diretores:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Proventos	805	997	3.758	4.188
Contribuição ao INSS	5	6	663	639
Total	810	1.003	4.421	4.827

Outras informações - I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária: A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	Banco					
	2011			2010		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Diretores	8	-	8	3	-	3
Société Générale- Paris	241.580	241.588	483.168	241.585	241.588	483.173
Total de ações	241.588	241.588	483.176	241.588	241.588	483.176

24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas de água, energia e gás	66	61	1.182	1.057
Despesas de material	80	59	916	2.167
Despesas de serviços técnicos especializados	2.472	2.842	9.230	19.679
Despesas de processamento de dados	1.594	1.359	15.263	12.867
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.213	2.363	7.765	6.925
Despesas de aluguéis	1.854	1.479	11.630	10.888
Despesas de serviços de terceiros	404	6.884	11.207	15.084
Despesas de manutenção e conservação de bens	167	131	1.345	1.032
Despesas de comunicações	523	464	8.310	8.872
Despesas de contribuições filantrópicas	272	213	397	324
Despesas de serviços de vigilância e segurança	35	31	568	401
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	-	-	1.652	2.187
Despesas de arrendamento	50	36	505	823
Despesas de seguros	28	28	1.033	636
Despesas com entidades de classe	-	-	14	25
Despesas de propaganda e publicidade	94	203	5.255	3.920
Despesas de publicações	211	218	258	335
Despesas de transportes	111	96	1.694	2.144
Despesas de promoções e relações públicas	598	82	899	333
Despesas de viagem	686	716	1.913	1.800
Despesas de depreciação e amortização	395	439	32.800	5.823
Despesas de amortização de ágio	15.576	14.962	17.456	44.100
Despesas com serviços de consultoria/assessoria	-	-	6.554	14.439
Despesas de serviços de promoção de vendas	-	-	10.564	24.318
Despesas de serviços de cobrança	-	-	32.022	6.946
Despesas de serviços administrativos prestados	-	-	9.955	-
Outras	646	393	6.840	5.654
Total	29.075	33.059	197.227	192.779

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Recuperação de encargos e despesas	-	2	371	508
Recuperação de créditos securitizados	-	-		1.681
Reversão da provisão para amortização de ágio	-	-	20.400	18.758
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	-	6.689		6.689
Reversão de provisão para contingências fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	-	538	-	2.494
Reversão de provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa n° 15 ii)	-	1.241	-	1.576
Reversão de provisão para contingências cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	-	895	2.734	988
Atualização de créditos tributários	415	126	19	128
Atualização de depósitos judiciais	3.568	770	3.840	954
Juros sobre capital próprio	-	26	-	26
Reversão de provisão para despesa com pessoal	-	-	-	205
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobrigação	-	-	1.464	53
Reversão de provisão despesas de publicação	-	213	214	313
Reversão de provisão de auditoria externa	-	280	153	280
Reversão de realização de ativos	-	-	920	-
Reversão de provisão para pagamento de PPR	-	-	1.095	-
Receitas com encargos de cancelamento de contratos	-	-	224	746
Receitas de liquidação de contrato de arrendamento	-	-	-	2.675
Valores recuperados de processos judiciais	-	26	53	26
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	-	-	-	2.363
Reversão de provisão de aluguel e prestação de serviços no País	-	306	-	306
Descontos obtidos	-	-	1.622	1.012
Variação monetária	142	-	793	251
Lucro no recebimento de créditos adquiridos	-	-	1.593	-
Reversão de provisão para devolução de tarifas	-	-	1.549	-
Outras	540	18	6.769	2.299
Total	4.665	11.130	43.813	44.331

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prestação de serviços no exterior	6.039	2.049	6.039	2.049
Provisão para contingências fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	2.576	4.446	5.777	30.193
Atualização de contingências fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	2.328	1.449	4.733	3.035
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	-	-	11.145	3.730
Atualização de contingências trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	229	216	229	216
Provisão para contingências cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	-	881	5.542	3.113
Atualização de contingências cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	4	14	4	14
Provisão para pagamento de gratificação	5.346	5.003	5.346	5.003
Participação na venda de ações do grupo a funcionários	-	-	603	-
Despesa com intermediação financeira em cessão de crédito	-	-	575	2.561
Atualização monetária dos valores a pagar aos antigos acionistas	-	-	868	831
Despesas com fraudes	-	-	219	748
Despesas com encargos contratuais	-	-	30	207
Despesas com prêmios de campanha em bens	-	-	338	-
Despesas com adesão ao sistema redeshop	-	-	-	302
Despesas com indenizações cíveis	-	-	8.479	-
Descontos concedidos	-	-	1.700	3.485
CPMF e IOC bancado sobre operações	-	-	-	1.285
Outras	132	966	3.930	3.175
Total	16.654	15.024	55.557	59.947

27. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II - O BACEN divulgou os Comunicados nº 12.746/04, nº 16.137/07 e nº 19.028/09, que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia II), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de julho de 2008; entre eles constam: • Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.471/09 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.360/07 - define a Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco (PEPR); • Circulares nº 3.361/07 a nº 3.364/07, nº 3.366/07, nº 3.368/07 e nº 3.389/08 - definem a exposição às parcelas de Juros (PJUR-1 a PJUR-4), Ações (PACS), "Commodities" (PCOM) e Câmbio (PCAM); • Circular nº 3.383/08 - define a Parcela de Risco Operacional (POPR).

Apuração dos limites de Basiléia II - Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basiléia II) 2011	2010
Patrimônio Líquido de Referência	PR	783.194	1.087232
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	697.538	575.207
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	7.023	3.500
Valor da Margem		78.633	508.525

• Parcelas que compõem o PRE

	2011		2010	
Parcela	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
PEPR	506.611	66%	462.577	43%
PCAM	51.264	7%	10.355	1%
PJUR1	20.276	3%	8.527	1%
PJUR2	70.785	9%	39.210	4%
PJUR3	235	0%	174	0%
PJUR4	-	0%	-	0%
PCOM	-	0%	-	0%
PACS	-	0%	-	0%
POPR	48.366	6%	54.364	5%
Adicional BCB	-	0%	-	0%

• Extrapolação

	2011	2010
Índice exigido-BACEN	11%	11%
Índice alcançado	12,23%	20,67%

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 30 de junho de 2011, a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros, monta a R$ 192.167 (R$ 195.262 em 2010). b) No semestre findo em 30 de junho de 2011, as cessões de crédito com coobrigação com outras instituições financeiras, montam R$ 192.579. Os contratos objeto das cessões referem-se a crédito pessoal consignado - INSS e a financiamento de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. O valor presente dos contratos cedidos em 30 de junho de 2011 pela taxa dos contratos é de R$ 163.466. O valor dos contratos cedidos pela taxa das cessões efetuadas é R$ 192.579 e a taxa média dessas cessões foi de 14,11% ao ano e 1,1061% ao mês para o crédito pessoal consignado – INSS e de 14,69% ao ano e 1,14787% ao mês para o financiamento de veículos. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante R$ 2.023 (R$ 1.030 em 2010). c) Plano de pensão - A partir do primeiro semestre de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, de contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2011, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R$ 271 (R$ 214 em 2010) e pelos funcionários R$ 331 (R$ 235 em 2010). d) Mudança de razão social – A controlada Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, através da AGO/E e RCA de 15/04/2010 efetuou a mudança de sua razão social para SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. A nova razão social foi objeto do despacho de 26/11/2010 no Banco Central do Brasil e homologado pela Jucesp em 22/12/2010. e) Em 30 de junho de 2011, o BACEN, através da Resolução n.º 3.989/11, homologou o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações -, que passará a vigorar a partir de 1º. de janeiro de 2012. A administração irá analisar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras do Banco, na aplicação desse novo pronunciamento.

29. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

	Valor contábil da provisão	
Processo	2011	2010
Lei nº 8.200/91 - Correção Monetária de Balanço	16.924	16.464
IRRF sobre cota de fundo ao portador	476	471
CSLL	1.032	1.022
Total	18.432	17.957

(*)Nota explicativa nº 15 iii a – registrado no grupo fiscais e previdenciárias

O Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologação dos cálculos na esfera judicial.

(continua)

(continuação)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Controladas

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

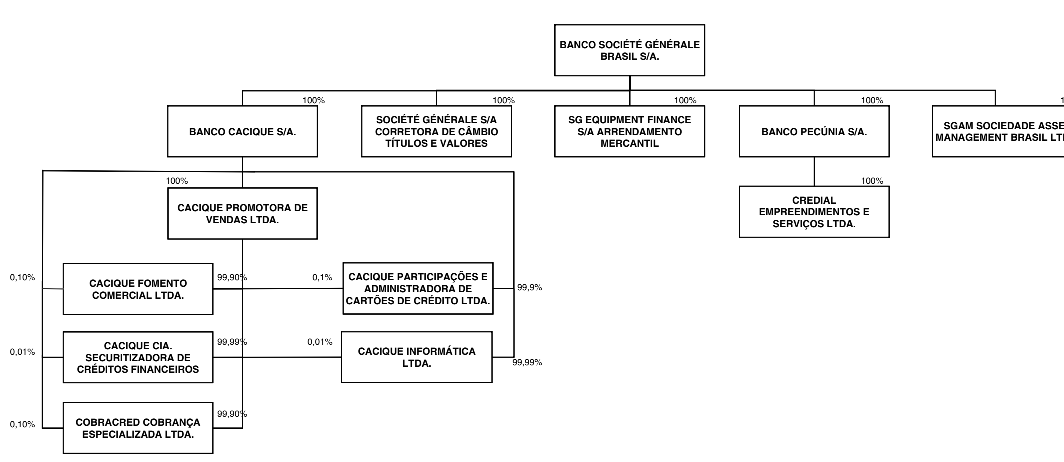
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em Assembléia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 28 de julho de 2011, foi aprovada a proposta de aumento do capital social do Banco de R$ 1.404.908, para R$ 1.672.912, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R$ 2.907,65 por ação, sendo 46.086 ações ordinárias com direito a voto e 46.086 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, com a finalidade de reenquadrar o índice de imobilização e antecipar requerimento de capital adicional, instituído pela Circular BACEN nº 3.515/10, vigente a partir de 1º de julho de 2011.

31. ESTRUTURA DO GRUPO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL

Em 30 de junho 2011



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR
Paulo Fagundes de Lima - CRC 1 SP - 146649/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do Banco Société Générale Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras -** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para Opinião com Ressalva -** A controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual é registrado como insuficiência ou superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes, embora propiciem a apuração do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não requerem a reclassificação das operações para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de arrendamento mercantil, que permanecem registradas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74 nas demonstrações financeiras consolidadas. **Opinião com Ressalva -** Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" com respeito às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Société Générale Brasil S.A., em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ênfase - Ágio -** Conforme demonstrado nas notas explicativas nºs. 16.a e 17 às demonstrações financeiras, o Banco e sua controlada Banco Cacique S.A. possuem ágios, gerados, respectivamente, em aquisições de controladas e incorporação reversa, os quais são avaliados a valor recuperável, conforme Resolução BACEN nº 3.566/08, com base nas expectativas de geração de resultados futuros, consubstanciadas em estudos elaborados e aprovados para os próximos exercícios pelas suas respectivas Administrações. A recuperação desses ativos depende, portanto, da efetivação das ações previstas naqueles estudos, que contemplam aportes de recursos pelos acionistas, crescimento da carteira de crédito, redução de custos administrativos e resultados positivos futuros das operações do Banco. **Crédito Tributário -** Conforme mencionado na nota explicativa n°. 16.b às demonstrações financeiras, a controlada Banco Pecúnia S.A. mantém imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, no montante de R$67.345 mil, oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, consubstanciada em estudo elaborado e aprovado para os próximos exercícios pela sua administração. A recuperação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dessa controlada depende, portanto, da efetivação das ações previstas naquele estudo, que contemplam aportes de recursos e resultados futuros positivos nas operações. **Desenquadramento do Limite de Imobilização -**Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa n°. 30, que menciona que o limite de imobilização encontra-se desenquadrado em relação ao requerido pelo Banco Central do Brasil. Isto ocorre em decorrência da baixa do crédito tributário, do Banco Cacique S.A., citada na nota explicativa nº. 16.a. A Administração do Banco entende que a medida financeira levada a cabo em 28 de julho de 2011, citada na nota explicativa nº 30, afetará positivamente a estrutura de capital regulatório do Banco de forma a restabelecer o enquadramento do limite.

São Paulo, 26 de agosto de 2011

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antônio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale Brasil S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e composto por quatro diretores indicados por este órgão, compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao: • Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas; • Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos; • Avaliação da efetividade dos controles internos. O Comitê reuniu-se formalmente 3 vezes desde a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em dezembro/2010 até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2011, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõem o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se: • Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa; • Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria e relatórios dos auditores internos sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria; •Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e 3380/06; • Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período; • Acompanhamento do projeto de convergência local e aprovação das demonstrações financeiras ao padrão IFRS; • Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes; • Aprovação de alterações na composição e procedimentos operacionais de comitês subordinados ao Comitê de Auditoria. Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado relativas ao primeiro semestre de 2011. São Paulo, 26 de agosto de 2011. Comitê de Auditoria.

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(Anteriormente Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar - Prédio I
Alphaville Empresarial - CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos auditores independentes.

A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	**46.073**	**16.422**
Disponibilidades	117	18
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	42.355	13.560
Carteira Própria	18.787	4.338
Vinculados à Prestação de Garantias	23.568	9.222
Operações de Arrendamento Mercantil	(158)	7
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	95.249	41.208
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	(94.350)	(41.193)
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público	34.687	6.797
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público	(34.687)	(6.797)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.057)	(8)
Outros Créditos	3.354	2.787
Diversos	3.354	2.787
Outros Valores e Bens	405	50
Despesas Antecipadas	405	50
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	96.965	51.395
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	(96.965)	(51.395)
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público	73.437	10.979
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público	(73.437)	(10.979)
PERMANENTE	**330.674**	**116.896**
Imobilizado de Uso	864	202
Outras Imobilizações de Uso	420	245
Gastos em Imóveis de Terceiros	547	-
(-) Depreciações Acumuladas	(80)	(43)
(-) Amortização de Gastos em Imóveis de Terceiros	(23)	-
Imobilizado de Arrendamento	329.698	116.582
Bens Arrendados	392.336	128.336
Superveniências de Depreciações	8.165	7.059
Perdas de Arrendamento a Amortizar	5.094	1.705
(-) Depreciações Acumuladas	(74.199)	(20.452)
(-) Amortização de Perdas de Arrendamento	(1.698)	(66)
Intangível	112	112
Licenças de Uso de Software	112	112
TOTAL DO ATIVO	**376.747**	**133.318**

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	**26.431**	**39.169**
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.229	32.321
Empréstimos no Exterior	16.229	32.321
Outras Obrigações	10.202	6.848
Fiscais e Previdenciárias	1.754	1.516
Negociação e Intermediação de Valores	1.973	768
Diversas	6.475	4.564
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**326.660**	**68.624**
Obrigações por Empréstimos e Repasses	284.491	55.011
Empréstimos no Exterior	284.491	55.011
Outras Obrigações	42.169	13.613
Fiscais e Previdenciárias	2.041	1.765
Diversas	40.128	11.848
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**23.656**	**25.525**
Capital Social	23.398	23.398
Reserva Legal	314	287
Reserva Estatutária	-	1.840
Prejuízos Acumulados	(56)	-
TOTAL DO PASSIVO	**376.747**	**133.318**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações)

	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**59.130**	**22.999**
Operações de Arrendamento Mercantil	56.938	22.105
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.192	894
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(55.724)**	**(19.592)**
Operações de Arrendamento Mercantil	(45.145)	(15.371)
Operações de Empréstimos e Repasses	12.962	(3.474)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(22.575)	(739)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(966)	(8)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**3.406**	**3.407**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(4.725)**	**859**
Receitas de Prestação de Serviços	15	92
Despesas de Pessoal	(3.720)	(1.009)
Outras Despesas Administrativas	(1.154)	(769)
Despesas Tributárias	(533)	(434)
Outras Receitas Operacionais	722	2.979
Outras Despesas Operacionais	(55)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**(1.319)**	**4.266**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(1.095)**	**(1.902)**
Imposto de Renda Corrente	(849)	(497)
Contribuição Social Corrente	(554)	(793)
Imposto de Renda Diferido	308	(612)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	**(2.414)**	**2.364**
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$	**(2.832)**	**2.772**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	(2.414)	2.364
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa	30.180	11.177
Depreciações e Amortizações	43.903	15.387
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	1.233	(2.449)
Imposto de Renda Diferido	(308)	612
Variação Cambial de Empréstimos	(15.614)	(2.381)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	966	8
Lucro Líquido do Semestre Ajustado	27.766	13.541
Variação de Ativos e Obrigações	160.971	39.635
Redução em Operação de Arrendamento Mercantil	6.667	2.535
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(2.235)	4.373
Aumento de Outros Créditos	(782)	(2.199)
Aumento de Outros Valores e Bens	(363)	(49)
Aumento em Outras Obrigações	16.197	9.821
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	141.487	25.154
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	188.737	53.176
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	(187.940)	(53.176)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(710)	(28)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento	(188.650)	(53.204)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	87	(28)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Semestre	30	47
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Semestre	117	18

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

		Reserva de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**23.398**	**314**	**2.358**	**-**	**26.070**
Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	(2.414)	(2.414)
Absorção de Prejuízos com Reserva de Lucros	-	-	(2.358)	2.358	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	**23.398**	**314**	**-**	**(56)**	**23.656**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**23.398**	**169**	**-**	**(406)**	**23.161**
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	2.364	2.364
Constituição de Reserva Legal	-	118	-	(118)	-
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	1.840	(1.840)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**23.398**	**287**	**1.840**	**-**	**25.525**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Foram efetuadas reclassificações nas demonstrações financeiras de 30/06/10 para melhor comparação das informações de 30/06/11.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e títulos e valores mobiliários - LTN cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de futuros, os quais têm o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados como hedge de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber:** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira – "Operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **e) Rendas de arrendamento:** As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Depreciação:** A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **g) Valores residuais garantidos:** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de arrendamento a amortizar:** Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **j) Superveniência ou insuficiência de depreciação:** Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **k) Negociação e intermediação de valores:** Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores. **l) Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 1°, referendado pela Resolução CMN nº 3.566/08. **m) Obrigações por empréstimos:** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. **o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **p) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 120 ao semestre. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **q) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior freqüência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **r) Partes relacionadas:** A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **s) Mensuração a valor de mercado:** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **t) Uso de estimativas contábeis:** preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), em conjunto com a matriz do grupo em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica na Sociedade. **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado:** A área de Risco de Mercado do Banco Société Générale do Brasil S.A. ("instituição líder") é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo Société Générale Brasil com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Grupo Société Générale Brasil, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional:** Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, a Sociedade identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) análise sistemática das perdas operacionais históricas; ii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iii) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; iv) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("Compliance"); v) plano de continuidade de negócios; e vi) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados trimestralmente por um comitê dedicado na instituição líder. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no § 1º do art. 1º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), por intermédio da instituição líder Banco Société Générale Brasil S.A., aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções Nº 3.380 de 26 de Junho de 2006 e Nº 3.464 de 26 de Junho de 2007, ambas do CMN. As descrições dessas estruturas de gerenciamento de risco encontram-se no Site da Instituição líder (www.sgbrasil.com.br) na rota: Gestão de Riscos. Além disso, a SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Sociedade") mantém em seu site (www.sgef.com.br) um vínculo direcionando à instituição líder (www.sgbrasil.com.br) na rota: Institucional/Gestão de Riscos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades	117	18
Total	117	18

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2011 e de 2010 por categoria:

	2011		2010	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado
Títulos e valores mobiliários				
Livres:	19.884	18.787	4.495	4.338
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.884	18.787	4.495	4.338
Vinculados à prestação de garantias:	24.296	23.568	9.742	9.222
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	24.296	23.568	9.742	9.222
Total	44.180	42.355	14.237	13.560

b) Composição por prazo de vencimento:

	2011		2010	
	Títulos para Negociação	Total	Títulos para Negociação	Total
A vencer até 3 meses:	1.984	1.984	1.546	1.546
A vencer entre 3 e 12 meses:	40.371	40.371	12.014	12.014
Total	42.355	42.355	13.560	13.560

c) Composição por emissor:

	2011	2010
Títulos disponíveis para negociação:	42.355	13.560
Públicos - Governo Federal	42.355	13.560

d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA), os quais são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários das posições ativas e passivas. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos, por indexador, avaliados a mercado.

Mercado futuro:

	2011		2010	
Índice:	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI	277.508	(2.294)	116.590	(898)
DI	311.198	321	129.901	130
Total	588.706	(1.973)	246.491	(768)

Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores". No semestre findo em 30 de junho de 2011, foi apurado prejuízo com derivativos no valor de R$ 22.575 (R$ 739 em 2010) vinculados aos empréstimos em moeda estrangeira que tiveram variação cambial credora de R$ 15.614 (variação cambial devedora de R$ 2.381 em 2010).

	Em 30 de Junho de 2011				
	Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de Contratos
Futuros	33.815	169.645	299.001	86.245	588.706
Total	33.815	169.645	299.001	86.245	588.706

	Em 30 de Junho de 2010				
	Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de Contratos
Futuros	24.848	61.983	122.770	36.890	246.491
Total	24.848	61.983	122.770	36.890	246.491

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais registrados como "Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados", no montante de R$ 23.568 (R$ 9.222 em 2010). O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA.

7. SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

No semestre findo em 30 de junho de 2011, foi registrada insuficiência de depreciação no valor de R$ 1.233 (superveniência de R$ 2.449 em 2010), estando registrada contabilmente na conta operações de arrendamento mercantil, na Demonstração de Resultado.

8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados aos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

(continua)

(continuação)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(Anteriormente Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar - Prédio I
Alphaville Empresarial - CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado	192.214	73.175
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(191.315)	(73.175)
Arrendamento a receber – setor público	108.124	17.776
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(108.124)	(17.776)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	309.400	89.650
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 11 a)	8.165	7.059
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota explicativa nº 11 a)	3.396	-
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10 c)	(31.181)	(11.848)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	290.679	84.861

a.1) Composição do arrendamento financeiro por vencimento:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas a partir de 15 dias	227	0,1%	-	-
A vencer até 3 meses	37.924	13,0%	14.051	16,5%
A vencer de 3 a 12 meses	87.611	30,2%	27.205	32,1%
A vencer de 1 a 3 anos	133.422	45,9%	39.040	46,0%
A vencer de 3 a 5 anos	31.495	10,8%	4.565	5,4%
Total	290.679	100,0%	84.861	100,0%

a.2) Composição do arrendamento financeiro por atividade:

	2011		2010	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor Privado:				
Indústria	18.335	6,31%	3.054	3,60%
Comércio	46.491	15,99%	17.763	20,93%
Instituição Financeira	15.972	5,49%	998	1,18%
Outros Serviços	102.132	35,14%	45.315	53,40%
Setor Público:				
Outros Serviços	107.749	37,07%	17.731	20,89%
Total	290.679	100,00%	84.861	100,00%

a.3) Composição do arrendamento financeiro por maiores devedores:

	2011	2010
Principal devedor	107.750	17.731
10 seguintes maiores devedores	108.082	48.086
20 seguintes maiores devedores	40.784	17.818
50 seguintes maiores devedores	31.135	1.226
100 seguintes maiores devedores	2.928	-
Total	290.679	84.861

b) Arrendamento operacional:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado	7.073	19.421
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(7.073)	(19.421)
Total	-	-

b.1) Composição do arrendamento operacional por vencimento:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
A vencer até 3 meses	1.443	20,4%	2.930	15,1%
A vencer de 3 a 12 meses	1.969	27,8%	3.816	19,6%
A vencer de 1 a 3 anos	3.014	42,6%	12.675	65,3%
A vencer de 3 a 5 anos	647	9,2%	-	-
Total	7.073	100,0%	19.421	100,0%

b.2) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	2011		2010	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor privado:				
Indústria	1.198	16,94%	-	-
Comércio	1.987	28,09%	18.423	94,86%
Outros serviços	3.888	54,97%	998	5,14%
Total	7.073	100,00%	19.421	100,00%

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 30 de junho de 2011, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi de R$ 1.057 (R$ 8 em 2010). O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

		2011				2010			
Nível de Risco	Percentual de Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	0,0%	272.334	-	272.334	-	83.361	-	83.361	-
A	0,5%	2.185	-	2.185	11	1.500	-	1.500	8
C	3,0%	13.468	-	13.468	404	-	-	-	-
D	10,0%	1.921	150	2.071	207	-	-	-	-
G	70,0%	544	77	621	435	-	-	-	-
Total		290.452	227	290.679	1.057	84.861	-	84.861	8

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2011	2010
Saldo inicial	91	-
Constituição	966	8
Saldo final	1.057	8

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, não foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.

10. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2011	2010
Impostos a compensar	2.525	2.160
Adiantamentos salariais	-	36
Devedores diversos País	829	591
Total	3.354	2.787
Curto prazo	3.354	2.787
Longo prazo	-	-

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2011	2010
Impostos e contribuições a recolher	351	226
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (nota explicativa nº 12 c)	2.041	1.765
Provisão para impostos e contribuições a pagar	1.403	1.290
Total	3.795	3.281
Curto prazo	1.754	1.516
Longo prazo	2.041	1.765

c) Outras obrigações - diversas:

	2011	2010
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 8 a)	31.181	11.848
Obrigações por aquisição de bens e direitos	7	21
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	15.401	4.529
Valores a pagar a sociedade ligada (nota explicativa n° 15)	14	14
Total	46.603	16.412
Curto prazo	6.475	4.564
Longo prazo	40.128	11.848

(i) Refere-se, principalmente, ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil, no montante de R$ 11.638 (R$ 4.170 em 2010), pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R$ 1.976 (R$ 7 em 2010) e pagamento de despesas de pessoal, no montante de R$ 1.476 (R$ 236 em 2010).

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2011	2010
Máquinas e equipamentos	14,29%	153.096	53.008
Veículos e afins	28,57%	30.177	14.078
Equipamentos de informática	28,57%	184.230	40.905
Aeronaves	28,57%	13.545	-
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 8 a)		8.165	7.059
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		3.396	-
Depreciação acumulada		(71.648)	(18.340)
Total		320.961	96.710

(*) notas explicativas nº 3 i e 8 a

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2011	2010
Equipamentos de informática	28,57%	11.288	20.345
Depreciação acumulada		(2.551)	(2.112)
Total		8.737	18.233

c) Bens Arrendados – Total:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2011	2010
Máquinas e equipamentos	14,29%	153.096	53.008
Veículos e afins	28,57%	30.177	14.078
Equipamentos de informática	28,57%	195.518	61.250
Aeronaves	28,57%	13.545	-
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 8 a)		8.165	7.059
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		3.396	-
Depreciação acumulada		(74.199)	(20.452)
Total		329.698	114.943

(*) nota explicativa nº 3 i

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.319)	4.266	(1.319)	4.266
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de Imposto de Renda e da Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	318	(1.055)	198	(640)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças permanentes:				
Juros indedutíveis - MP 472	(433)	(85)	(268)	(40)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças temporárias, cujos créditos tributários não foram constítuidos:				
Resultado com marcação a mercado	(553)	(232)	(339)	(140)
Provisão de bônus	-	51	-	31
Provisão para devedores duvidosos	(230)	-	(145)	-
Outras diferenças temporárias	-	(7)	-	(4)
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	357	218	-	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(541)	(1.109)	(554)	(793)

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R$ 33.959 (R$ 35.487 em 2010) e diferenças temporárias referentes à provisão não dedutível de R$ 4.289 (R$ 1.194 em 2010), totalizando o montante de R$ 38.248 (R$ 36.681 em 2010), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R$ 9.562 (R$ 9.170 em 2010), que será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução BACEN nº 3.059/02.

b) Constituição (realização) do imposto de renda diferido:

	2011	2010
Base de cálculo:		
Superveniência (Insuficiência) de depreciação	(1.233)	2.449
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Constituição (realização) sobre diferenças temporárias	(308)	612

c) Movimentação do imposto de renda diferido:

	2011	2010
Saldo inicial	2.349	1.153
Adições (exclusões) líquidas	(308)	612
Saldo final (nota explicativa nº 10 b)	2.041	1.765

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

a) A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz do grupo que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

	2011	2010
Empréstimos:		
Obrigações por empréstimos no exterior (nota explicativa nº 15)	300.720	87.333
Total	300.720	87.333
Curto prazo	16.229	32.321
Longo prazo	284.491	55.011

Refere-se a empréstimo contraído junto à empresa ligada no exterior - Société Générale - Paris - com vencimentos até 2016, sujeito à variação cambial e juros de até 4% ao ano.

b) Resultado com operações de empréstimos e repasses:

	2011	2010
Juros	(2.652)	(8.955)
Variação Cambial	15.614	5.481
Total (nota explicativa nº 15)	12.962	(3.474)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social está representado por 852.548 ações, sendo 426.274 ações ordinárias e 426.274 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital. **b) Reserva Legal:** Devido ao prejuízo apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reserva legal. **c) Reservas Estatutárias:** A Sociedade reverteu o saldo de reservas de lucros, devido ao prejuízo apurado no semestre. **d) Dividendos:** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

15. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades	25	17	-	-
Outras obrigações diversas (*)	14	14	-	-
Outras despesas administrativas (**)	-	-	(88)	(129)
(*) nota explicativa nº 10 c				
(**) nota explicativa nº 16				
Société Générale - Paris				
Obrigações por empréstimos do exterior (***)	(300.720)	(87.333)	12.962	(3.474)

(***) nota explicativa nº 13 a e 13 b

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante global anual pago a título de remuneração dos Diretores no semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R$ 670 (R$ 536 em 2010).

Composição do montante pago aos Diretores:

	2011	2010
Proventos	535	423
Contribuição ao INSS	135	113
Total	670	536

Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Material	6	7
Serviços técnicos especializados	174	56
Processamento de dados	138	51
Serviços do sistema financeiro	113	47
Aluguéis	252	180
Serviços de terceiros	98	18
Manutenção e conservação de bens	16	10
Comunicações	44	22
Transportes	62	13
Promoções e relações públicas	28	31
Viagem	15	24
Amortização e depreciação	49	16
Serviços administrativos prestados - ligada (nota explicativa nº15)	88	129
Entidade de classe	13	16
Despesa de publicações	26	59
Outras	32	90
Total	1.154	769

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Reversão de provisão de despesa de confraternização	50	-
Juros e multas	82	-
Juros atualizados créditos tributários	68	-
Ganho variação cambial valor residual antecipado	409	-
Reversão de provisão de despesa para publicação	-	52
Reversão de provisão de bônus	-	205
Receita de liquidação de contrato de arrendamento	-	2.634
Outras	113	88
Total	722	2.979

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco ("instituição líder") com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes. b) Em 30 de junho de 2011, o BACEN, através da Resolução n.º 3.989/11, homologou o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012. A administração irá analisar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade, na aplicação desse novo pronunciamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **DIRETORIA**

CONTADOR - ADEMIR DE ARAÚJO - CRC - 1SP 190326/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil
(Anteriormente Société Générale Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil)
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras - A Sociedade registra suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual é registrado como insuficiência ou superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com Ressalva - Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com ressalva sobre as Demonstrações Financeiras", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2011

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Société Générale S.A.
Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.668.117/0001-32
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira Cesar
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários juntamente com o parecer dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2011	2010
CIRCULANTE		15.410	15.427
Disponibilidades	5	3	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	15.170	15.235
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.170	15.235
Outros créditos	6.a	237	190
Rendas a receber		16	-
Diversos		221	190
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.a	8.082	6.778
Outros créditos		8.082	6.778
Diversos		8.082	6.778
PERMANENTE		1	1
Investimentos		1	1
Outros investimentos	7	1	1
TOTAL DO ATIVO		23.493	22.206

PASSIVO	Nota explicativa	2011	2010
CIRCULANTE		437	364
Outras obrigações		437	364
Fiscais e previdenciárias	6.b	414	310
Diversas	6.c	23	54
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		713	564
Outras obrigações		713	564
Fiscais e previdenciárias	6.b	713	564
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	22.343	21.278
Capital social		15.415	15.415
Reserva legal		638	585
Reservas de lucros		6.290	5.278
TOTAL DO PASSIVO		23.493	22.206

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	15.415	561	4.830	-	20.806
Lucro líquido do semestre	-	-	-	472	472
Destinações:					
Reserva legal	-	24	-	(24)	-
Reserva de lucros	-	-	448	(448)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	15.415	585	5.278	-	21.278
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	15.415	607	5.707	-	21.729
Lucro líquido do semestre	-	-	-	614	614
Destinações:					
Reserva legal	-	31	-	(31)	-
Reserva de lucros	-	-	583	(583)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	15.415	638	6.290	-	22.343

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 24 – Eventos Subsequentes – homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e e) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/09. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações -** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos -** São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **h) Mensuração a valor de mercado -** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 30 de junho de 2011 e de 2010, não existem indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis -** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de curto prazo, mantidos com o controlador, com vencimento para 1 de julho de 2011.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		806	633
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		806	633
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		806	633
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(55)	(93)
Receitas de prestação de serviços		27	27
Outras despesas administrativas	12	(269)	(270)
Despesas tributárias		(24)	(25)
Outras receitas operacionais	13.a	289	232
Outras despesas operacionais	13.b	(78)	(57)
RESULTADO OPERACIONAL		751	540
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14	259	232
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		1.010	772
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	(396)	(300)
Provisão para imposto de renda corrente		(253)	(189)
Provisão para contribuição social corrente		(159)	(119)
Ativo fiscal diferido		16	8
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		614	472
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$		38,59	29,66

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre		614	472
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		62	48
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16)	(8)
Provisão para contingências	13.b	78	56
Lucro líquido do semestre ajustado		676	520
Variação de ativos e passivos			
Aumento de outros créditos		(615)	(357)
Aumento (Redução) de outras obrigações		47	(51)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		108	112
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		108	112
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	15.065	15.125
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	15.173	15.237

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades	3	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.170	15.235
Total	15.173	15.237

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2011	2010
Créditos tributários (nota explicativa nº 8 b)	289	231
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 9 b)	7.776	6.547
Impostos e contribuições a compensar	238	190
Total	8.303	6.968
Curto prazo	221	190
Longo prazo	8.082	6.778

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições a pagar	413	309
Impostos e contribuições a recolher	1	1
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a)	713	564
Total	1.127	874
Curto prazo	414	310
Longo prazo	713	564

c) Outras obrigações - diversas

	2011	2010
Provisão para despesas de publicação	11	14
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº 11)	12	12
Provisão para pagamentos a efetuar – fornecedores	-	28
Total	23	54
Curto prazo	23	54

(continua)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Société Générale S.A.
Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.668.117/0001-32
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira Cesar
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R$)

7. OUTROS INVESTIMENTOS

	2011	2010
Ações e cotas:		
CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (*)	1	1
Total	1	1

(*) Em 2009, a Corretora pactuou com a Advent Depositary Participações S.A. contrato de compra e venda de 406.649 ações da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, o qual previa a retenção de parte do valor da venda dessas ações para eventual reembolso de prejuízos incorridos pela compradora, relacionados a possíveis passivos não registrados ou registrados por valor insuficiente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 da CETIP. Esses valores, por serem ativos contingentes, não foram reconhecidos à época e estão atualmente sendo registrados na rubrica "Resultado não operacional" no montante de R$259 (R$232 em 2010), com base nas evidências que propiciaram a garantia de sua realização.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.010	772	1.010	772
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(253)	(193)	(152)	(116)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(2)	(1)	(1)	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Outras diferenças temporárias	12	10	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(243)	(184)	(153)	(116)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

Ativo	2011	2010
Base de cálculo		
Provisão para Riscos Fiscais	713	564
Outras provisões - diversas	11	14
Total	724	578
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	40%	40%
Crédito tributário classificado em outros créditos – diversos (nota explicativa nº 6 a)	289	231

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2011			2010		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	171	102	273	139	84	223
Constituição de ativo fiscal diferido	10	6	16	5	3	8
Saldo final	181	108	289	144	87	231

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

	2011	2010
	Valor contábil	Valor contábil
Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias
2010	-	5
2011	4	-
2014	285	226
Total	289	231

Em 30 de junho de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando as taxas dos Depósitos Interfinanceiros, totalizava R$ 193 (R$ 139 em 2010).

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foi contabilizada provisão para contingências, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: A provisão está sendo constituída com base nos processos classificados como risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Contingências Fiscais	
	2011	2010
Saldo inicial	635	508
Constituição (nota explicativa nº 13 b)	50	38
Atualização (nota explicativa nº 13 b)	28	18
Saldo final	713	564

b) O detalhamento das contingências fiscais por probabilidade de perda

	2011		2010	
Probabilidade de perda	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (i)	713	713	564	564
Perdas possíveis (ii)	18.013	-	13.194	-
Perdas remotas	474	-	401	-
Total de provisões	19.200	713	14.159	564
Depósitos Judiciais(*)		7.776		6.547

(*) Nota explicativa nº 6 a
(i) Perdas Prováveis - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se aos processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R$ 7.111 (R$ 6.812 em 2010) e de desmutualização da Bovespa no montante de R$ 10.902 (R$ 6.250 em 2010) sendo que para este último há depósito judicial de R$ 6.733 (R$ 6.283 em 2010), incluído no valor demonstrado na nota explicativa, nº 6.a.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital Social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. **b) Dividendos -** Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. A Administração, através da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. **c) Reserva de Lucros -** Os lucros líquidos apurados nos semestres de 2011 e 2010, após a dedução da reserva legal, foram integralmente destinados para reserva de lucros.

11. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Banco Société Générale Brasil S.A.			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Depósitos bancários	3	2	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.170	15.235	806	633
Outras obrigações – diversas (nota explicativa nº 6 c)	(12)	(12)	(75)	(70)

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Serviços técnicos especializados	37	-
Processamento de dados	96	55
Serviços do sistema financeiro	29	30
Aluguéis - empresa ligada (*)	15	10
Serviços de terceiros	-	31
Comunicações	-	17
Publicações	21	10
Serviços administrativos prestados – ligada (*)	60	60
Entidade de classe	-	9
Outras	11	-
Total	269	222

(*) nota explicativa nº11

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2011	2010
Atualização de depósitos judiciais	272	184
Outras	17	-
Total	289	184

b) Outras despesas operacionais

	2011	2010
Provisão para contingências fiscais (nota explicativa n° 9 a)	50	38
Atualização contingências fiscais (nota explicativa n° 9 a)	28	18
Outras	-	1
Total	78	57

14. OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

	2011	2010
Ações Cetip (*)	259	232
Total	259	232

(*) Nota explicativa nº 7

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Corretora não apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

16. VARIAÇÕES CAMBIAIS

A Corretora, no curso normal de seus negócios, não possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de importações, exportações, valores a pagar, valores a receber ou obrigações por empréstimos.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

DIRETORIA

CONTADOR - Paulo Fagundes de Lima - CRC 1 SP - 146649/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2011

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8